



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO – IE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL – PPGEA
MESTRADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

DIANELISA AMARAL PERES

O FENÔMENO DA FEMINIZAÇÃO DA POBREZA E A INJUSTIÇA AMBIENTAL: UM ESTUDO DO BAIRRO CIDADE DE ÁGUEDA A PARTIR DA ATUAÇÃO DO CRAS

Rio Grande

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO – IE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL – PPGEA
MESTRADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

DIANELISA AMARAL PERES

**O FENÔMENO DA FEMINIZAÇÃO DA POBREZA E A INJUSTIÇA AMBIENTAL: UM
ESTUDO DO BAIRRO CIDADE DE ÁGUEDA A PARTIR DA ATUAÇÃO DO CRAS**

Dissertação para defesa final do curso de
Mestrado em Educação Ambiental, na linha
de pesquisa Educação Ambiental Não
Formal (EANF), sob a orientação da Profa.
Dra. Simone Grohs Freire.

Rio Grande

2023

Ficha Catalográfica

P437f Peres, Dianelisa Amaral.

O fenômeno da feminização da pobreza e a injustiça ambiental: um estudo do bairro Cidade de Águeda a partir da atuação do CRAS / Dianelisa Amaral Peres. – 2023.

107 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Rio Grande/RS, 2023.

Orientadora: Dra. Simone Grohs Freire.

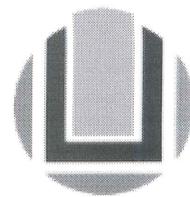
1. Educação Ambiental Não Formal 2. Feminização da Pobreza
3. Injustiça Ambiental 4. Etnia I. Freire, Simone Grohs II. Título.

CDU 316.342.6

Catologação na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
COORD CUR DE PG EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL



INFORMAÇÃO Nº 6, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023

Dianelisa Amaral Peres

“O fenômeno da feminização da pobreza e a injustiça ambiental: Um estudo do b. Cidade de Águeda a partir da atuação do CRAS ”

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de M em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores:

Documento assinado digitalmente

gov.br

SIMONE GROHS FREIRE
Data: 27/02/2023 16:39:54-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof.^a Dr.^a Simone Grohs Freire
(PPGEA/FURG)

Documento assinado digitalmente

gov.br

TAMIRES LOPES PODEWILS
Data: 28/02/2023 11:23:08-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof.^a Dr.^a Tamires Lopes Podewils
(PPGEA/FURG)


Prof.^a Dr.^a Greici Maia Behling
(PPGCamb/UFPEL)


Sr. Olímpio Butlerres Oliveira
(Presidente do Conselho Gestor de saúde da UBSF)

Dedicatória

Dedico esse trabalho a comunidade do bairro Cidade de Águeda que me ensinou a sonhar, resistir e lutar por Justiça Social. A todos os profissionais que atuaram no Centro de Referência de Assistência Social nesses dezesseis anos, em especial, às “mulheres do CRAS Águeda”: Cristina Vitola, Suzana Caetano, Terezinha Cardoso, Sabrina Sousa, Leticia Santos, Eliomar Azambuja, Sonia Maciel, Deiza Gomes, Michele Ribeiro, Cassiane Amaral, Luana Neuman, Nidia Moraes, Marcilene Valadão, Cristina Gonçalves, Dagmar Prado, Bruna Gonçalves, Tatiane Lang, Idenir Barbosa, Ludmila Maioli, Adriana Tosze, Márcia Pereira, Marione Lima, Daniele Ruiz, Catia Prado, Liziane Canary, Lucilene Motta, Fabiane Silveira, Daniela Peres, Andressa Blayde, Maria do Carmo Dutra, Rose Moura, Bárbara Lages. Sem vocês esse trabalho não existiria.

Agradecimentos

Agradeço aos meus filhos, Dandara, Jorge e Anelise por todas as aulas “online” que assistimos juntos e por terem, assim como eu, descoberto um amor incondicional por Lélia Gonzalez.

A minha mãe, por nunca ter desistido de mim e me incentivar a estudar e por acreditar mais no meu potencial do que eu mesma.

Ao meu companheiro Alexandre, por me apoiar e ajudar nessa jornada com muitos imprevistos. Sem o teu auxílio não conseguiria.

A minha querida irmã Bilina, por ser minha companheira de jornada desde a graduação.

A minha orientadora, Simone por todo o acolhimento e compreensão.

Aos meus colegas do GPDEA que muito me ajudaram a não desistir.

A minha querida amiga Leticia Santos, por todo apoio a pesquisa.

Aos colegas do CRAS Águeda e UBSF Dr. Carlos Roberto Riet Vargas, por toda a ajuda na pesquisa.

Resumo

O presente trabalho procurou investigar o Fenômeno da Feminização da Pobreza e a Injustiça Ambiental a partir de um estudo do bairro Cidade de Águeda considerando a atuação do CRAS no referido bairro. Para tanto, a metodologia utilizada para pesquisa foi uma abordagem qualitativa, pesquisa teórica, de viés metodológico materialista histórico, especificamente o feminismo materialista, o qual consolidou todo o processo de coleta e análise de dados. O local escolhido o Bairro Cidade de Águeda por ser um bairro com grande incidência de famílias em vulnerabilidade social formado a partir de ocupações irregulares, remoções compelidas e ocupações regulares, que tinham como critério prioritário para receber as casas, famílias unilaterais com mulheres responsáveis pela prole. O Cidade de Águeda foi o primeiro bairro a receber os serviços do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do município do Rio Grande - RS. Compreender esse espaço como um local onde o Fenômeno da Feminização da Pobreza e a relação com a Injustiça Ambiental se processa demonstrou a concentração dos danos ambientais no Cidade de Águeda e em consequência a concentração das famílias com grande vulnerabilidade econômica e social, mantendo a lógica da exploração capitalista. O perfil dessas famílias foi analisado a partir dos relatórios de atendimento do CRAS Cidade de Águeda e da Vigilância Socioassistencial da Secretaria de Município de Cidadania e Assistência Social -SMCAS o que validou o gênero e a etnia da pobreza. A pesquisa se justifica pelo resgate acadêmico da história do Bairro Cidade de Águeda, com destaque aqui para o CRAS Cidade de Águeda como um espaço onde corroboram-se os princípios da Educação Ambiental Crítica, buscando-se a emancipação dos sujeitos historicamente oprimidos pelo sistema racista, machista e patriarcal. Ao final, verificouse que a pobreza, no bairro Cidade de Águeda, é feminina, negra, mãe e periférica e que mesmo com cento e trinta e dois anos de abolição da escravatura continua escravizada por um sistema que a oprime diariamente.

Palavras-chave: Educação Ambiental Não Formal. Feminização da Pobreza. Injustiça Ambiental. Etnia.

Abstract

This dissertation aimed to investigate the phenomenon of feminization of poverty and environmental injustice through the study of the neighborhood Cidade de Águeda, in Rio Grande, considering the Center of Reference in Social Assistance's (CRAS) work in the aforementioned neighborhood. To achieve this objective, a qualitative methodology was employed, a theoretical research based on a historical materialist approach, specially that of materialist feminism which supported the gathering and the analysis of data. The choice of location considered the existence of socially vulnerable families, since the neighborhood Cidade de Águeda was formed in consequence of irregular occupations, people forcibly evicted and regular occupations, the families of the latter which were favored for housing if they consisted on a monoparental family with a woman as the offspring's sole responsible. Cidade de Águeda was the first neighborhood to receive the services of CRAS at the municipality of Rio Grande, Rio Grande do Sul. To discern this space as a place where the feminization of poverty manifests itself alongside environmental injustice demonstrated the concentration of environmental damage and, therefore, the concentration of families with great economic and social vulnerabilities, corroborating the logic of capitalist exploitation. These families' profiles were examined with the help of reports made by CRAS Cidade de Águeda and by the Municipal Office of Citizenship and Social Assistance's (SMCAS) monitoring of social assistance, documents which validated poverty's gender and ethnicity. This research is justified by the recovery of Cidade de Águeda's history, particularly in regard to the CRAS Cidade de Águeda acting as a place where the principles of Critical Environmental Education are corroborated, namely to pursue the emancipation of individuals historically oppressed by the racist, sexist and patriarchal system. At the end of this research, it was verified that poverty has a female, black, maternal/mother-like and marginalized personification. Regardless of a hundred and thirty-five years since the abolition of slavery, this woman, this identity continues to be enslaved daily by an oppressive system.

Keywords: Non-formal Environmental Education. Feminization of poverty. Environmental injustice. Ethnicity.

Lista de Figuras

Figura 1. Fotografia de Ilisa Mendes	10
Figura 2. Turma Formandas 2007 Letras/ Francês – FURG	14
Figura 3. Turma de 2007 do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil PETI (Acervo Pessoal)	15
Figura 4. Iemanjá (gravura)	25
Figura 5. Oxum (gravura)	44
Figura 6. Obá (gravura)	63
Figura 7. Localização do município do Rio Grande	65
Figura 8. Imagem Aérea da Fundação da Construção do Loteamento Cidade de Águeda II	68
Figura 9. Logomarca do CRAS Cidade de Águeda (arquivo do CRAS Cidade de Águeda)	72
Figura 10. Parte da primeira equipe do CRAS Cidade de Águeda	77
Figura 11. Primeiro aniversário do CRAS Cidade de Águeda	77
Figura 12. Grupo de Convivência e Fortalecimento de vínculo de 9 até 12 anos em 2007	78
Figura 13. Projovem Adolescente visita ao Parlamento	79
Figura 14. Oficinas de Futebol e Taekwondo	80
Figura 15. Atividades do Grupo Laços de Amizade	80
Figura 16. Atividades da equipe volante junto aos Povos Tradicionais do Território	82
Figura 17. Curso de Cidadania e Direito	83

Lista de Gráficos

Gráfico 1. Famílias em extrema pobreza no território do CRAS Águeda em 2020.	91
Gráfico 2. Famílias em extrema pobreza no território do CRAS Águeda em 2022.	91
Gráfico 3. Cenário de extrema pobreza no bairro Cidade de Águeda em 2020.	92
Gráfico 4. Famílias em extrema pobreza no bairro Cidade de Águeda em 2022.	92
Gráfico 5. Famílias em situação de pobreza no bairro Cidade de Águeda em 2020.	93
Gráfico 6. Famílias em situação de pobreza no bairro Cidade de Águeda em 2022 – Gênero.	93
Gráfico 7. Famílias com mulheres como responsáveis familiar em situação de extrema pobreza no bairro Cidade de Águeda em 2022 – etnia.	94
Gráfico 8. Famílias com mulheres como responsáveis pelo sustento em situação de extrema pobreza no bairro Cidade de Águeda em 2022 – etnia.	94

Lista de Siglas e Abreviaturas

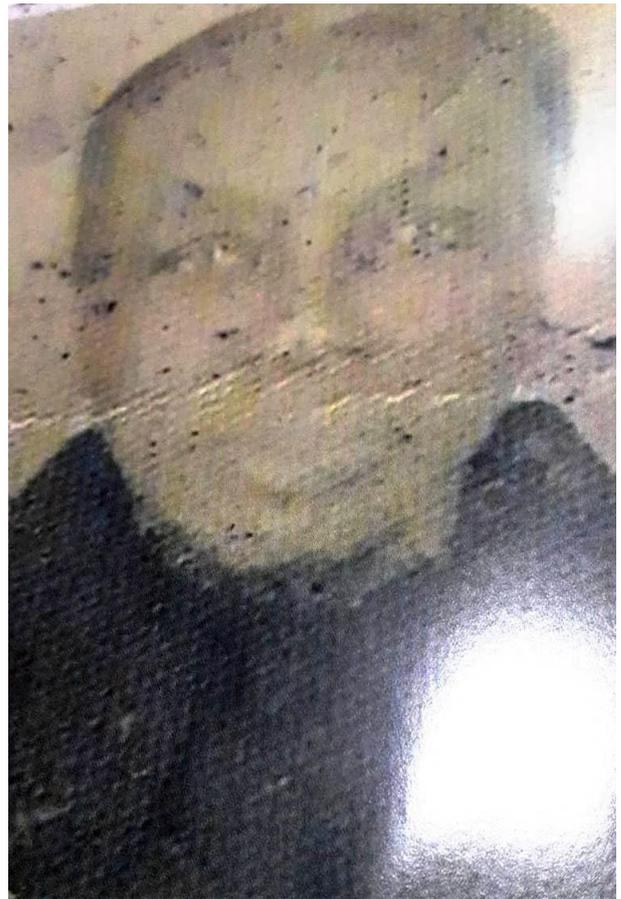
CRAS Cidade de Águeda	Centro de Referência de Assistência Social do bairro Cidade de Águeda
NAP	Núcleo de Apoio Pedagógico
PAIF	Programa de Atenção Integral a Famílias
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PMM I	Programa Morar Melhor I
PSB -SUAS	Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social
SCFV	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
PAB	Programa Auxílio Brasil
BF	Bolsa Família
SMCAS	Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social
PMRG	Prefeitura Municipal do Rio Grande
NOB SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome
MNLM	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
PNAS	Política Nacional de Assistência Social

Sumário

Considerações Iniciais	10
Capítulo 1. A Educação Ambiental Crítica e o Feminismo	
Materialista	24
1.1. A Mulher e a Divisão do Trabalho	25
1.2. A Educação Ambiental: Uma Ferramenta de Reflexão sobre as Opressões de Gênero e Etnia	31
1.3. O Feminismo Materialista	38
Capítulo 2. O Fenômeno da Feminização da Pobreza e a Injustiça Ambiental	42
2.1. O Fenômeno da Feminização da Pobreza	43
2.2. A Pobreza Feminina no Brasil: Uma Herança da Opressão do Período Escravocrata	46
2.3. Injustiça Ambiental e a Feminização da Pobreza	50
2.4. O Resultado da Injustiça Ambiental e a Luta das Mulheres	56
Capítulo 3. O Bairro Cidade de Águeda e o CRAS: Uma História que se atravessa	60
3.1 O Bairro Cidade de Águeda	62
3.2 Os Serviços Públicos no Bairro: Uma Conquista da Comunidade	67
3.3 O CRAS Cidade de Águeda e a Garantia de Direitos na Zona Oeste da Cidade de Rio Grande - RS	73
3.4 Uma Análise de Gênero, Etnia e Classe dos Usuários do Serviço	80
Considerações Finais	92
Referências Bibliográficas	97

TIA ILISA¹

Povoada Quem falou que eu
ando só?
Tenho em mim mais de muitos
Sou uma mas não sou só.
(SUED NUNES, 2021)



¹ Ilisa Mendes, nascida no final do século IX no Povo Novo, terceiro distrito do município de Rio Grande – RS, no âmbito da lei do Ventre do Livre. Permaneceu sobre a tutela dos antigos “Senhores”. No início do século XX, em um casamento arranjado pelos seus “Senhores”, Ilisa casa com Lúcio, um jovem negro também tutelado pelos mesmos tutores e, dessa união, nascem três mulheres. Tia Ilisa (como era conhecida no Povo Novo) fica viúva muito cedo e passa a ser a única responsável pelo sustento e pela educação das filhas. Ilisa Mendes, minha bisavó, dá início a uma família matriarcal: a família Mendes Silva.

Considerações Iniciais

A imagem que abre a introdução, da senhora Ilisa Mendes, minha bisavó, retrata muitas das mulheres que foram tema desta pesquisa. Mulheres negras com famílias monoparentais que carregam o peso da opressão atravessada pela classe, etnia e gênero. Os versos da música “Povoada” traduzem a coletividade e representatividade que a pesquisa esmiuçou, dando visibilidade àqueles que foram imperceptíveis na história

A presente pesquisa está ligada à minha trajetória de vida e atuação profissional como educadora social. Na infância inicia-se a minha experiência com a militância do movimento negro local, participando com minha mãe das atividades políticas e comunitárias, o que me ensinou a sempre questionar as desigualdades e lutar por uma sociedade com mais equidade. Esta primeira fase de minha vida foi marcada pela dualidade de ambientes: o familiar, ligado à militância nos movimentos negros, orgulho da ancestralidade; e o escolar, caracterizado pela opressão e pelas exclusões, motivadas pelo preconceito racial.

Nasci na zona central da cidade do Rio Grande. Neste local éramos a única família negra que também tinha a peculiaridade de ser matriarcal². Estudei em uma escola particular onde também era minoritária a presença afro-brasileira e, neste contexto, senti o peso do sistema opressor. Esse período foi marcado por grande sofrimento que terminou somente na adolescência quando da minha aproximação com os movimentos culturais nas periferias (Escolas de Samba, Movimento Hip Hop) e com a religião de matriz Africana.

Minha participação nesses movimentos descentralizados, fez com que constatasse que ser negra na periferia não era motivo de exclusão, estava com os meus iguais em locais marcados pela falta de recursos, mas com uma representatividade que me fez entender a luta do movimento negro de fato, pois na periferia a luta não era individual, mas uma luta coletiva pela sobrevivência. Essa

² Desde já esclareço a releitura que faço da palavra matriarcal na presente pesquisa. Refiro-me às famílias monoparentais, chefiadas por mulheres, as quais exercem o papel de liderança dentro deste núcleo familiar e também atuam como sustentáculo econômico, afetivo, emocional e social. Entendo que a expressão “chefe de família” não dá conta da multiplicidade de atividades e tarefas invisibilizadas e silenciadas exercidas por essas mulheres.

vivência em um local diferente da minha realidade me fez refletir sobre a importância da educação como fator transformador. Nas comunidades, a consciência da coletividade e responsabilidade com o outro é empírica, desde cedo o respeito aos mais velhos e o cuidados com os mais novos são vivenciados. A solidariedade e o compartilhamento de alimentos e roupas são práticas comuns entre as famílias dessas localidades, além da interação com o lugar: morar na periferia é sentir o lugar e conhecer e reconhecer toda a potencialidade e carência das comunidades.

Este cenário era muito diferente da minha realidade habitual em minha rua localizada no bairro Centro da cidade do Rio Grande, onde as famílias interagiam muito pouco e as relações eram superficiais e formais. O local, para muitos dos moradores, era passageiro, pois havia muitos locatários. No Centro, há grandes investimentos em educação e áreas comuns de lazer, financiadas e mantidas pelo poder público. Em vista disso, muitos dos que utilizavam os equipamentos educacionais e de lazer deslocavam-se das periferias para garantir uma melhor qualidade de ensino e de vida. Esse outro olhar sobre a periferia demonstrou-me como os investimentos em educação e áreas comum de lazer naquelas localidades poderiam transformar a realidade daquelas comunidades que tinham tantos talentos muitas vezes perdidos por falta de um espaço que valorizasse e estimulasse a potencialidade dos moradores das periferias de Rio Grande.

A partir de 1998 passei a trabalhar com a educação nas periferias. Primeiramente como professora de um centro educacional filantrópico no bairro Getúlio Vargas, que tinha como público-alvo crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Na grande maioria, tratava-se filhas e filhos de mulheres negras que eram mantenedoras do lar com uma escolaridade muito baixa e que exerciam trabalhos domésticos ou trabalhavam nas indústrias de pescado. Estas mulheres viviam em péssimas condições de moradia, saúde e alimentação em um território marcado pela forte presença do crime organizado. Além disso, havia uma especificidade geográfica: a proximidade do bairro do Centro torna a vivência dos

moradores do “Cedro”³ muito peculiar, pautada na desigualdade e marginalização do local.

Atuei no bairro Getúlio Vargas por oito anos, tempo difíceis, pois os princípios que regiam as normas da instituição eram extremamente reducionistas e individualistas, exigindo que minha atuação se voltasse a uma educação bancária. Essa metodologia, que despejava conteúdos prontos e negava os saberes existentes dos atendidos, não supria as necessidades educacionais, fato que se identificava nos altos números de evasão e reprovação discente e na rotatividade dos profissionais. Mesmo com todo potencial cultural existente no bairro, a instituição não interagiu com a comunidade, demonstrando um preconceito referente à localidade e aos moradores, o que fez com que a instituição criasse barreiras de distanciamento em relação ao contexto e à realidade vivida por aqueles atendidos no Centro.

Em 2004, passo no vestibular da Universidade Federal do Rio Grande no curso de Letras Português/Francês, oriunda do Ensino de Jovens e Adultos (EJA). Trabalhava nove horas por dia e cursava a graduação à noite. Foi um exercício diário de perseverança. A pouca representatividade negra favorecia olhares curiosos nos corredores da universidade e algumas manifestações de racismo veladas no espaço acadêmico. As poucas vagas de acesso aos programas de benefícios estudantis nos primeiros anos do século XXI também dificultaram muito minha permanência na universidade, ficando às vezes horas sem comer, ou sem ter como adquirir o material de estudo. Ainda assim, estas adversidades não me impediram de concluir o curso.

³ Cedro (Vila dos Cedros) é o nome popular atribuído ao bairro Getúlio Vargas.

Figura 2. Turma Formandas 2007 Letras/ Francês – FURG



Fonte: Acervo Pessoal

A licenciatura me incitou a revisar e repensar o meu papel de educadora nos espaços periféricos, questionando minha intervenção com aquele público. A academia me ofereceu uma nova ótica sobre a minha práxis na instituição, quando compreendi que deveria usá-la para refletir conjuntamente com os educandos sobre emancipação. Aquelas crianças e adolescentes acessavam uma educação limitadora, isto é, com propósito de manter os privilégios de quem executava a obra de caridade: “Pretender a libertação deles sem a sua reflexão no ato desta libertação é transformá-los em objeto que se deve salvar de um incêndio. É fazê-los cair no engodo populista e transformá-los em massa de manobra” (FREIRE, 1987, p. 33). Passo a procurar, então, novos rumos profissionais que contemplassem meus ideais societários.

No ano de 2007, começo a atuar no Núcleo de Apoio Pedagógico com crianças e adolescentes que acompanhavam os pais no trabalho de reciclagem no antigo aterro sanitário da cidade do Rio Grande, as quais após ocorrer um grave acidente na área do aterro foram proibidas de entrar no local. As famílias que trabalhavam naquele local eram, na grande maioria, mantidas por mulheres negras, com nenhuma ou baixa formação escolar, com um grande número de filhos em situação de vulnerabilidade social e espalhadas pela zona oeste do município. As proles dessas famílias passaram a participar do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no turno inverso da escola, de segunda-feira à sexta-feira durante quatro horas diárias, em que algumas

pautas eram trabalhadas a partir do atendimento psicossocial com as crianças e em grupos com temáticas ligadas à educação, segurança alimentar e saúde.

Os quatros anos de atuação neste contexto foram de grande aprendizagem para mim, pois o trabalho me qualificava como Educadora Social. Esta experiência me apresentou um novo desafio: trabalhar com temas geradores, culturais, locais e atuais que partiam do interesse do público atendido - uma descoberta coletiva como descreve Freire:

O educador, já não é o que apenas educa, mas o que enquanto educa é educado em diálogo com educando que, ao ser educado também educa. Ambos assim se tornam sujeitos dos processos em que crescem juntos e em que os argumentos de autoridade, já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas. Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão mediatizados pelo mundo (1987, p. 44).

Uma educação não formal, para além dos muros escolares, que valoriza os saberes. Uma satisfação profissional foi conseguir atingir um dos objetivos do Programa, que concernia à permanência das crianças e dos adolescentes no contraturno e na escola. O êxito foi tão significativo que no ano de 2009, cem crianças e adolescentes que foram inscritos no Programa permaneceram no NAP até o final do ano e a grande maioria atingiu a aprovação escolar.

Figura 3. Turma de 2007 do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil PETI



Fonte: Acervo Pessoal

Em 2011, meu local de atuação passou a ser o Centro de Referência de Assistência Social - Cidade de Águeda (CRAS – Cidade de Águeda), local em que meu público não se restringia somente a crianças e adolescentes. Passei a trabalhar com as famílias referenciadas e acompanhadas pelo serviço. Essas famílias plurais, que se encontravam em um contexto de vulnerabilidade social extrema, agravada pela falta de política pública, tornaram minha atuação como Educadora Social mais dinâmica. Trabalhar em um território em que as famílias vivenciam a pobreza e o distanciamento do centro comercial exigiu que minhas atividades profissionais fossem planejadas conjuntamente com as famílias a partir de ações que envolvessem a todos não de maneira fragmentada, mas pautada na prevenção, proteção e proatividade do grupo familiar. Viabilizar e garantir direitos nas comunidades invisibilizadas pelo poder público necessita de um despir-se de pré-julgamentos e conceitos já estabelecidos com escuta capacitada, longe do olhar assistencialista e penoso, que tradicionalmente constitui o trabalho da assistência social. Este foi um desafio em minha nova etapa profissional. O caderno de orientação do Serviço da Proteção Social Básica descreve o trabalho com famílias em localidades de vulnerabilidade:

O processo de acompanhamento familiar em grupo é indicado para responder situações de vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias com fortes incidências no território. Neste sentido faz-se necessário realizar um bom diagnóstico socioterritorial, conhecer as vulnerabilidades e potencialidades e suas incidências de modo a constituir grupos de famílias com afinidades, necessidades e características similares, de forma a efetivar seu acompanhamento tornando-o um processo de compartilhamento de experiência entre os participantes de reflexão sobre a realidade de acesso à informação sobre direitos e construção de projetos de vida que possibilitem ampliação dos direitos sociais (Orientações Técnicas Sobre o PAIF, 2011, p. 22).

A aproximação com esse novo público foi recíproca. Mais uma vez encontrei-me com meus pares, mulheres negras que carregavam a responsabilidade dos seus lares e lutavam diariamente pelo direito de existir. Cada conversa que vivenciava com as mulheres que atendíamos me dava mais certeza de que o sistema nos rotulava e nos condenava a ficar na mesma condição de mão de obra barata e facilmente descartada.

As ações de mediações que realizei me davam muito prazer e geraram alguns bons resultados, mas trabalhar na promoção da cidadania dentro do sistema que é o grande opressor dessas pessoas, além de contraditório, sempre foi um obstáculo.

Atuei nesse dispositivo por dez anos e o meu envolvimento com o trabalho e as comunidades me levaram à coordenação do CRAS, o que fez com que tivesse uma visão mais ampla do trabalho. Passei a questionar nossas ações por um todo: quem era o público que atendíamos, qual era o resultado das nossas intervenções e se realmente contemplávamos todo o público-alvo das ações da assistência social. Nas minhas vivências, sempre me deparei com um grande número de mulheres, negras em situação de vulnerabilidade social, o que me fez refletir sobre a forma que pensávamos nossa abordagem e qual era o resultado das ações na vida dessas famílias. O trabalho nos Centros de Referência de Assistência Social é voltado a promover ações de emancipação dos sujeitos, sempre pautada no interesse e valorização da coletividade, com um olhar crítico na construção de propostas que buscavam a reflexão sobre o ambiente que ocupam.

Desde que comecei a atuar no Centro de Referência de Assistência Social minha ligação com o bairro Cidade de Águeda foi de reciprocidade. Usufruí de algumas das dificuldades dos moradores, como problemas de logística (transporte coletivo deficitário), de falta de saneamento básico – que em dia de chuvas dificultava nossa locomoção – e de insegurança constante devido à presença forte do crime organizado. Mesmo o serviço referenciando outros vinte dois bairros, os laços com esta localidade sempre foram muito profundos. Esses vínculos com a comunidade foram construídos nos dez anos de trabalho no CRAS, sendo anos de muita aprendizagem, trocas e afeto. Nessa década, “A Águeda”⁴ foi e ainda é o meu lugar. Minhas vivências no bairro construíram minha motivação de pesquisa e de luta, pois a potência e força daquela comunidade que, desde sua criação, apesar de todas as adversidades, encontra motivos para não desacreditar em um amanhã melhor me acompanharam no meu deslocamento e o bairro será sempre um dos meus lugares de afeto e referência de luta.

Em 2018 a Educação Ambiental entra em minha vida a partir do meu ingresso no Grupo de Pesquisa Direito e Educação Ambiental (GPDEA). Passo a perceber a

⁴ Forma como os moradores referem-se ao bairro Cidade de Águeda.

relação da Educação Ambiental com o trabalho de Educadora Social, o que me leva a questionar as relações étnicas, raciais e de gênero dentro do CRAS Cidade de Águeda. A Educação Ambiental promove reflexões a partir de uma base crítica e inovadora no que se refere às relações socioambientais, o que faz as mudanças comportamentais serem efetivas, promovendo enfrentamento perante a crise socioambiental decorrente do processo capitalista que mercantiliza os seres em prol do lucro de poucos e da exploração de muitos. Como resultado há a desigualdade social que não respeita os direitos humanos e tem, na omissão ou escassez das ações governamentais, a legitimação para a crise.

Ocupar um ambiente, vivenciar suas potencialidades e seus problemas, integrando os saberes, é o papel da Educação Ambiental e da Educação Social na figura do Educador Social que valoriza os saberes fortalecendo os vínculos familiares e comunitários, visando à superação das vulnerabilidades sociais. Educação Ambiental é uma prática social, na definição de Loureiro (2019), referenciada nas relações da historicidade humana, não podendo ser desvinculado o processo ecológico do social. As questões ambientais não são imparciais ou de fácil solução, é preciso o envolvimento do coletivo para a transformação real. A Educação Social, por sua vez, é uma ação sistemática coletiva e fundamentada na mediação de saberes que valorizam o desenvolvimento dos sujeitos ao longo de sua trajetória e de seus contextos. A Educação Ambiental e a Educação Social relacionam-se no diálogo, no respeito e na valorização dos saberes tradicionais, bem como na luta pelo fim das injustiças ambientais⁵ Essa relação entre as Educações Ambiental e Social seria, na prática, uma ferramenta para uma educação anticapitalista, antirracista, antipatriarcal e transformadora da realidade

⁵ Injustiça ambiental sugere uma distribuição desigual das partes de um meio ambiente de diferentes qualidades e injustamente dividida (ACSELRAD 2010)

Através da educação é possível refletir criticamente acerca dos impactos do sistema vigente, os quais atingem de uma maneira tão perversa a base da pirâmide social⁶ ocupada por mulheres negras muitas vezes desconhecedoras das teorias capitalistas, mas que vivenciam seus impactos negativos.

Na cidade do Rio Grande, o bairro Cidade de Águeda viveu os impactos injustos do capitalismo em razão de sua formação baseada na especulação imobiliária em prol da expansão naval. As famílias, em sua maioria, monoparentais⁷ com mulheres responsáveis pelo sustento foram removidas sem o mínimo de estrutura básica, escola, área de lazer, saneamento básico e transporte coletivo. Além disso, nessas quase três décadas desde sua ocupação, poucos avanços estruturais ocorreram tornando o bairro em um local de punição e segregação: “lugar de pobre” é uma frase muito utilizada pelos moradores que lutam diariamente pelo direito de viver em melhores condições. Neste sentido, estudar a relação de opressão que o capitalismo impingiu às famílias monoparentais femininas no bairro Cidade de Águeda mais do que produzir conhecimento que pode contribuir com políticas públicas, é, acima de tudo, denunciar um sistema racista, classista e sexista.

No Brasil, a distribuição de renda sempre foi desigual e o período escravocrata deixou de herança para os afro-brasileiros, constituintes de mais de 50% da população, uma herança de miséria, exclusão invisibilidade e silenciamento.

Enquanto poucos brasileiros acumularam e acumulam as riquezas produzidas no Brasil, a maioria da população negra sente ainda o peso da escravidão, alimentada

⁶ Pirâmide social é um gráfico que descreve a estrutura social, ou seja, identifica as classes sociais e as relações de poder exercidas por cada uma delas e em relação umas as outras.

⁷ Essa expressão será utilizada no trabalho substituindo “Chefe de Família” termo esse intimamente ligado ao patriarcado e ao sistema capitalista responsável pela opressão e invisibilidade das mulheres.

diariamente por um racismo estrutural⁸ e sobrevivendo com quase nada. Esse sistema de classes, excludente, naturalizou o mito da branquitude⁹, relegando lugares inferiores e subalternizados àqueles que não se enquadram no estereótipo eurocêntrico, qual seja, branco, masculino e heteronormativo.

Assim, a sociedade brasileira é dividida étnica e economicamente: os mais abastados (caucasianos) ocupam um local de privilégio, usufruindo de grandes somas monetárias com a aprovação do senso comum e respaldo do Estado, defendendo a meritocracia. Em contrapartida, os mais pobres (a maioria da população) e racializados especialmente, sobrevive em péssimas condições, na utopia do vencer na vida. A transformação desse modelo social está intimamente ligada, dentre outros aspectos, à educação que visa à emancipação dos sujeitos.

Desta forma, pesquisei criticamente a pobreza feminina no bairro Cidade de Águeda e as possíveis contribuições de uma Educação Ambiental Crítica na transformação social dessa realidade, especialmente através do CRAS Cidade de Águeda. A escolha por este local de estudo se justifica porque se trata do primeiro CRAS, inaugurado em Rio Grande no ano de 2006, em razão da grande vulnerabilidade social e econômica do bairro, que teve como prioridade nos projetos habitacionais famílias monoparentais com mulheres responsáveis pelo sustento e moradoras de zonas irregulares que foram removidas de forma impositiva para o referido bairro, não criando até hoje sentimento de pertencimento ao lugar. Trata-se, portanto, de um local com grande concentração de pobreza, o que não é diferente das grandes cidades do Brasil, em que é ostensivo o gênero e etnia predominante: mulheres negras. Estas buscam maneiras de sobreviver com todas as privações de direitos, ainda mais

⁸ Almeida ensina quanto ao Racismo Estrutural que “As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista” (2019, p. 31). Desta forma, “pode-se inferir que o racismo, sob a perspectiva estrutural, pode ser desdobrado em processo político e processo histórico” (2019, p. 35).

⁹ Branquitude, neste contexto, é a metáfora do poder. Parte do pressuposto que acontece quando “os brancos tomam sua identidade racial como norma e padrão, e dessa forma outros grupos aparecem, ora como margem, ora como desviantes, ora como inferiores” (SCHUCMAN, 2014, p. 46). Carneiro (2003) também acrescenta que são os efeitos dessa branquitude hegemônica no imaginário social e nas relações concretas que produz uma violência na subjetividade e afetividades das mulheres negras. “É uma violência invisível que contrai saldos negativos para a subjetividade das mulheres negras, resvalando na afetividade e sexualidade destas” (CARNEIRO, 2003, p. 122).

agravadas hoje com o poder paralelo do crime organizado, realidade vivida nas periferias do Brasil.

O trabalho do CRAS Cidade de Águeda tem como público prioritário pessoas que estão vivenciando uma situação de vulnerabilidade passageira ou permanente e tem como pilar o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Nesse sentido, é sua atribuição promover e valorizar o sujeito nesses locais em que as consequências negativas do sistema o afetam nos âmbitos socioambientalmente, além de invisibilizar sua existência. A reflexão e atuação a partir da Educação Ambiental pode potencializar, assim, a promoção de uma educação anticapitalista, antirracista e antipatriarcal.

O objetivo desta pesquisa de mestrado foi compreender, a partir dos pressupostos teóricos da Educação Ambiental Crítica e do feminismo materialista, o fenômeno da feminização da pobreza a partir do perfil das pessoas atendidas no CRAS Cidade de Águeda, no município do Rio Grande – RS. A articulação da Educação Ambiental com o feminismo materialista, outra intenção da pesquisa, materializou-se por meio do diálogo entre teóricos renomados nas duas áreas de maneira que as teorias se imbricassem.

A valorização da escrita feminista e negra com teóricas que apontam as mazelas sociais existentes a partir de um ponto de vista de quem vivencia também as opressões descritas contribuiu para entender quem eram as mulheres atendidas no Centro de Referência de Assistência Social Cidade de Águeda e a importância do serviço prestado pelo CRAS para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes do bairro. A pesquisa oportunizou uma reflexão sobre a pobreza feminina e os efeitos da injustiça ambiental, os quais perpetuam-se por gerações que não conseguem sair da condição de pobreza.

A metodologia utilizada para a pesquisa foi de abordagem qualitativa, pesquisa teórica de viés materialista histórico, especificamente do feminismo materialista, o qual consolidou o processo de coleta e análise de dados. Para análise foram utilizados documentos, relatórios anuais e cadastros de famílias do CRAS Cidade de Águeda, pois através desses documentos a história de três décadas de formação do bairro foi investigada e o perfil socioeconômico dos moradores foi registrado.

O materialismo histórico marxista, próprio de uma Educação Ambiental Crítica e de um feminismo materialista, permitiu o enfoque da realidade a fim de obter as informações necessárias que explicassem as transformações sociais significativas do bairro Cidade de Águeda, desde o processo de sua ocupação. Em outras palavras, a partir de uma organização sequencial, a pesquisa pensou o presente retomando os acontecimentos do passado e, ainda, questionando o presente em nome do futuro.

A pesquisa de abordagem qualitativa, conforme Silveira e Córdova (2009, p. 31) “[...] não se preocupa com representatividade numérica, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc.”. Logo, a pesquisa qualitativa nos possibilita descobrir como se constituíram estes sujeitos que foram habitar no bairro Cidade de Águeda. De maneira consoante, Minayo defende que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. [...] ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (2015, p. 21).

A abordagem a partir das considerações teóricas escritas por Silvia Federici e Oyèrónkẹ Oyěwùmí, considerando o viés de gênero, embasou a compreensão de como se deram as dinâmicas das mulheres no mundo e suas lutas contra as opressões, uma vez que são elas a mola impulsionadora do processo capitalista, no qual são também padecentes.

O materialismo histórico fundamentou a análise dessas estruturas e dos fenômenos sociais que envolvem as famílias monoparentais com mulheres responsáveis pelo sustento, habitantes do bairro Cidade de Águeda, incluindo a forma como essas famílias se constituíram para além da maneira que o sistema buscou estruturar suas existências naqueles espaços. A partir das análises do sistema de produção capitalista, pautado no patriarcado e no racismo, o feminismo negro materialista entrecruza as relações de gênero, “raça”, classe, exploração, dominação e opressão, razão pela qual foi indispensável analisar minuciosamente como se deu a apropriação do trabalho de um grupo por outro, o que me convenceu a voltar às disputas (materiais e ideológica) das relações sociais (KERGOAT, 2006).

As problematizações pertinentes às mulheres negras foram trazidas a partir do apagamento das questões ligadas às opressões étnicas, não considerando os atravessamentos que colocam as mulheres negras na base da pirâmide social. Essa observação se fundamentou no feminismo negro materialista que analisa as opressões por outro viés que não naturalista. A relação da produção e do trabalho, associada à etnia, gera outra conjuntura para as mulheres negras. O somatório de todos esses elementos torna indispensável romper a ilusão de universalidade que ignora o fato de as opressões historicamente serem sentidas e vividas diferentemente pelas mulheres negras (RIBEIRO, 2018).

Entendeu-se que esta seria a metodologia mais adequada, pois realiza uma abordagem material da realidade vivida em sua totalidade, o que significa que considera os indivíduos por um viés étnico de gênero a partir da classe. Em outros termos, o método empregado amparou a percepção de como a sociedade baseada no capitalismo numera e qualifica os indivíduos.

Fundamentaram a pesquisa, no que se refere ao feminismo materialista e ao feminismo negro, teóricas como Lélia Gonzalez (2020), Dijamila Ribeiro (2020), Sueli Carneiro (2011), Juliana Borges (2019) e Angela Davis (2016).. Estas autoras desenvolvem teorias que descrevem os processos de exclusão e opressões vivenciado pela população negra e principalmente pelas mulheres negras.

Os resultados obtidos serão disponibilizados ao CRAS Cidade de Águeda que nesse ano completa dezesseis anos, reafirmando meu papel político como pesquisadora, isto é, de popularizar os estudos acadêmicos e transformando os resultados em ações de qualificação ao atendimento realizado no CRAS Cidade de Águeda. Esse processo devolutivo possibilita desenvolver uma pesquisa com respeito à coletividade e principalmente aos saberes tradicionais, não impondo a academia como única certeza, mas valorizando a troca de saberes, pois todos os atores envolvidos são educadores na busca de uma sociedade com equidade.

A dissertação está estruturada em três capítulos. No capítulo 1, A educação Ambiental Crítica e o Feminismo Materialista, o objetivo foi apresentar a Educação Ambiental como uma metodologia que busca uma educação pautada na equidade étnica e de gênero. Procurou-se compreender também como se deu a ressignificação das mulheres após a mudança do modelo de produção, discorrendo sobre os

movimentos feministas a partir do materialismo histórico. Os autores que embasaram esse capítulo foram: Sueli Carneiro (2011), Philippe Pomier Layrargues (2012), Angela Davis (2016), Silvia Federici (2017; 2019), Frederico Loureiro (2019), Lélia Gonzalez (2020) e Oyèrónké Oyèwumí (2021).

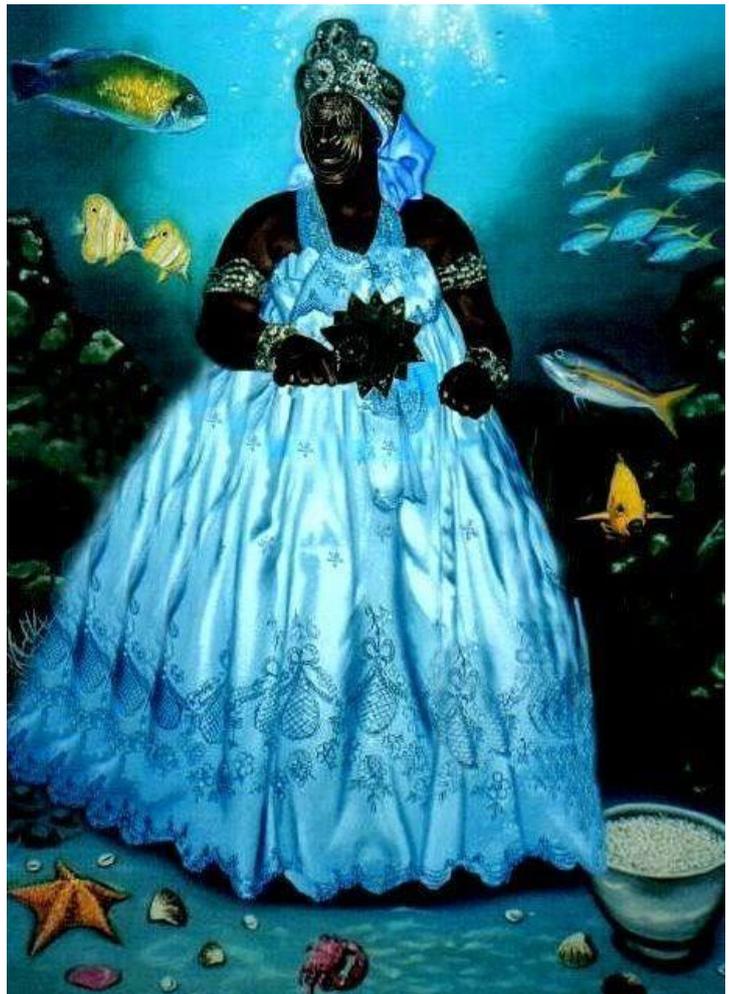
O capítulo 2, O Fenômeno da Feminização da Pobreza e a Injustiça Ambiental, procurou analisar o fenômeno da feminização da pobreza, seus aspectos e seus efeitos sociais. Investigou-se ainda a condição de pobreza feminina como consequência da injustiça ambiental, a partir especialmente da intersecção entre gênero e etnia. Fundamentaram o capítulo: José António Pererinha (1994), Maria Salet Novellino (2004), Selene Herculano (2008), Claudete Souza (2008), Antonio Ioris (2009), Danieli Moura (2010) e Henri Acselrad (2010)

Finalmente, no capítulo 3, O bairro Cidade de Águeda e o CRAS: uma história que se atravessa, conta a formação do bairro e a luta dos moradores pela implantação de serviços que garantiriam o mínimo de estrutura social. Apresenta-se também o serviço descentralizado da assistência social, explicado a partir dos serviços que são ofertados no CRAS. Procurou-se traçar o perfil dos usuários do serviço destes quinze anos do CRAS na Zona Oeste, especialmente relacionando com os aspectos teóricos desenvolvidos nos capítulos anteriores. Neste capítulo os dados foram coletados dos relatórios¹⁰ do CRAS Águeda (2007 até 2022), da Vigilância Socioassistencial (2020, 2022) e da Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF) Dr. Carlos Roberto Riet. Utilizou-se fundamentos teóricos de: Ana Cristina Duarte (2015), Maristel San Martin (2018), André Barbosa (2021).

¹⁰ Os relatórios de atendimento dos serviços são produzidos anualmente com o propósito de avaliar, prestar contas e planejar as atividades do próximo ano.

Iemanjá¹¹

Que fez e faz história
Segurando esse país no braço, meu irmão
O cabra que não se sente revoltado
Porque o revólver já está engatilhado
E o vingador eleito
Mas muito bem intencionado.
(ELZA SOARES, 2002)



¹¹ Essa Deusa da mitologia africana tornou-se a orixá mais popular do Brasil, resistindo a todo o apagamento e à demonização das culturas não eurocêtricas. Iemanjá está representada nos mares e oceanos.

Capítulo 1. A Educação Ambiental Crítica e o Feminismo Materialista

Iemanjá é uma estrofe da música “A Carne” de Elza Soares introduzem este capítulo, o qual descreve o processo concomitante de deslegitimação das mulheres e de ascensão do capitalismo, provocando a pensar que, mesmo com toda essa opressão, ainda é possível resistir e romper com a lógica da universalidade. Iemanjá tornou-se a orixá mais popular do Brasil; contudo, sua representação passou por uma descaracterização (processo de branqueamento) e pela negação de sua ancestralidade africana, deslegitimando os saberes femininos e não eurocêntricos. Não obstante, a simbologia ligada à orixá “mãe” resistiu, demonstrando a força feminina e negra que manteve suas tradições na oralidade e na força do seu trabalho. “Que fez e faz história” como descreve o trecho da música “A Carne”.

Este capítulo tem o objetivo de refletir a condição das mulheres desde a Idade Média até os dias de hoje, especialmente como se deu a transformação do papel da mulher na sociedade. Ainda, apresento a Educação Ambiental como método de enfrentamento às opressões de gênero e etnia, focando no feminismo materialista a partir do feminismo negro e da valorização da escrita negra.

1.1. A Mulher e a Divisão do Trabalho

No período medieval na Europa, a divisão do trabalho era vista de forma diferente. A relação das mulheres com o trabalho era também uma forma de resistência às opressões. As tarefas eram realizadas em conjunto entre as mulheres. Esse olhar coletivo, proporcionado pela divisão sexual do trabalho, longe de ser uma fonte de isolamento, constituía uma fonte de poder e proteção para as mulheres. Uma vez que essa intensa solidariedade feminina era o que permitia às mulheres enfrentarem as opressões impostas pelo patriarcado.¹²

Em Oyo, no sudoeste da Nigéria, a sociedade Iorubá determinava a divisão do trabalho não por gênero como é descrito por Oyèrónké Oyèwumí:

¹² O patriarcado é um conjunto de normas sociais e política que coloca o sujeito do gênero masculino em posição de poder.

A divisão do trabalho aqui era baseada na linhagem em que a participação na linhagem, e não a anatomia, era o pré-requisito para praticar tais profissões. Essa divisão do trabalho foi percebida em um nível metafísico. Os membros das linhagens especializadas eram vistos com um mandato exclusivo do orixá que permitia o desempenho adequado de suas profissões. Outras pessoas integrantes da sociedade foram consideradas incapazes e inaceitáveis por esse motivo (2021, p.191).

Cada pessoa exercia sua função de acordo com sua casta, ou seja, se os ancestrais eram comerciantes, todos os descendentes, independente de gênero, exerciam o ofício designado à família. Portanto, tanto na Europa como na África a divisão do trabalho não era marcada, nem por gênero e nem pela individualidade. Essa estrutura social modifica-se mundialmente com a transição do feudalismo para o capitalismo.

No século XV, aflora no continente Europeu o modelo econômico e social capitalista. Esse sistema modifica as formas de produção e isso, por sua vez, ocasiona alterações políticas, sociais e culturais no mundo ocidental, o qual passa a impor um padrão de vida lastreado no acúmulo de riqueza. O ser humano, e neste período mais especificamente o homem¹³, iluminado pelas ideias antropocêntricas e etnocêntricas, impõe sua concepção do que seja civilização aos chamados novos mundos, invadidos (e não descobertos) através da expansão marítima, impulsionada pelo mercantilismo e a serviço da exploração e dominação de novos territórios.

Essas novas terras, tornadas cativas através da força, tiveram suas estruturas sociais menosprezadas, seus povos desumanizados e considerados irracionais, e passam a ser propriedade dos reinos europeus enquanto colônias. De acordo com Almeida (2020), esse processo de destruição e morte, de espoliação e aviltamento feito em nome da razão eurocêntrica é aquilo que se denominou colonialismo.

Neste sentido, Loureiro afirma, corroborando Dussel, que a consolidação do capitalismo se dá com base em um movimento duplo, qual seja:

¹³ O homem aqui é determinante de gênero biológico, não é utilizado como sinônimo de ser humano.

A expansão do comércio e das trocas mercantis, a violenta apropriação privada das terras e a eliminação pela força militar e de Estado de toda e qualquer outra forma de sociabilidade comunitarista, não patriarcal e religiosamente plural que não fosse compatível com o projeto burguês de sociedade na própria Europa. Junto a esse movimento interno, o encobrimento, a subalternização ou mesmo a eliminação de outras civilizações, povos e costumes nas Américas e posteriormente em África com a colonização. Isso se deu por meio do saque brutal de seus saberes e riquezas naturais e do esmagamento de outras sociabilidades que não fossem as impostas desde a Europa (LOUREIRO, 2012, p.38).

As novas colônias europeias, espalhadas por este novo mundo, e a busca pelo acúmulo de bens transformou a relação do ser humano com a natureza, dando lugar ao afastamento – o ser humano passa a se perceber fora da natureza -, à exploração e à objetificação.

A força de trabalho mercantilizada passa a ter valor no acúmulo de riquezas, o que abre espaço para o processo de escravidão de seres humanos que neste sistema capitalista são hierarquizados¹⁴. Desta forma, o capital foi responsável pela imigração forçada de milhares de africanos para a Europa e para o novo continente. Trazidos em condições insalubres, jogados em porões, mulheres, crianças e homens cruzaram o Atlântico em navios chamados de tumbeiros pelos altos índices de mortalidade nas viagens.

A questão do escravismo, assim como a escravidão, não pode ser dissociada do sistema capitalista, visto que como apontam Marx e Engels:

O modo de produção capitalista se caracteriza pela exploração; isto é, pela apropriação da força de trabalho. O capital se apropria da força de trabalho e a objetiva, a realiza a fim de gerar mais-valia. Ora, por ele mesmo o capital somente se apropria daquela força de trabalho que pode gerar mais valia, procurando que toda a força de trabalho esteja em condições de gerá-la (2004, p.14-5).

As mulheres, já nos primórdios do capitalismo, são perseguidas e destituídas de seus poderes de liderança comunitária, principalmente as mais velhas (FEDERICI,

¹⁴ O conceito de raça inicia com o filósofo francês Joseph Arthur de Gobineau “pai do racismo moderno” e principal defensor da ideia de superioridade da raça branca. Todas essas teorias surgem em uma tentativa de justificar a escravização e os domínios europeus em outros territórios.

2019). Ocorre que a sociedade capitalista via nas mulheres uma ameaça para a solidificação do novo modelo, seja no processo de reprodução, nas tradições, nos saberes tradicionais passados entre gerações femininas e na sexualidade, todas questões que ameaçavam a consolidação do sistema capitalista. Exigiu-se, nessa lógica, que as mulheres fossem dominadas e exploradas:

No entanto, o que o capitalismo reintegrou na esfera do comportamento social aceitável para as mulheres foi uma forma de sexualidade dócil, domesticada, instrumental para a reprodução da força de trabalho e a pacificação da mão de obra. No capitalismo, o sexo só pode existir como força produtiva a serviço da procriação e da regeneração do trabalhador assalariado/masculino e como meio de pacificação e compensação social pela miséria da existência cotidiana (FEDERICI, 2019, p. 68).

Para que a dominação sobre as mulheres triunfasse, o capitalismo, aliado à igreja, precisou desconstruir a imagem da mulher enquanto líder comunitária e detentora de saberes tradicionais relacionados à natureza. Promoveu-se, então, uma forte campanha para que fosse vista de maneira negativa e mística, atribuindo-lhe a identificação ao mal, ao demônio, como bruxas.

Fato é que, desde sempre, a mulher ideal do sistema capitalista é uma mulher servil ao homem, ligada à casa e à manutenção da família, portanto, restrita ao âmbito do privado, do doméstico. Este apagamento feminino desqualificou o trabalho doméstico, assim como a reprodução, ao naturalizá-los e torná-los uma obrigação. As mulheres foram perdendo seus direitos e seus bens, como descreve Federici a realidade das mulheres nas cidades e no campo na Europa:

As mulheres em todas as classes também se viram afetadas de um modo muito negativo. A crescente comercialização da vida reduziu ainda mais seu acesso à propriedade e à renda. Nas cidades comerciais Italianas as mulheres perderam o direito a herdar um terço da propriedade dos seus maridos (a tertía). Nas áreas rurais foram excluídas da posse da terra, especialmente quando eram solteiras ou viúvas (2019, p. 63).

A partir do século XVII, o mundo começa a ganhar movimentos abolicionistas, impulsionados pelos ideais pregados na Revolução Francesa de liberdade, igualdade e fraternidade. Na Inglaterra, começa uma grande transformação tecnológica, a

Revolução Industrial, que consolida de vez o sistema capitalista no planeta. Com o processo de produção industrial a mão de obra se torna barata especialmente advinda do trabalho escravizado. No entanto, o excedente de trabalhadores sem colocação faz que com que a escravidão passe a ser questionada.

No Brasil, a abolição da escravatura enquanto modelo jurídico formal ocorre em 1888, sendo a última colônia a reconhecer a liberdade. Contudo, houve pressão contrária, impulsionada por uma base estrutural capitalista, que se instaura no país com especificidades bem distintas ligadas ao modelo de produção, o qual, por sua vez, relacionava-se diretamente ao sistema agrícola, favorecendo em muito a desigualdade social.

No entanto, como posto, a libertação ocorreu em um âmbito mais formal do que concreto. Esse processo desestruturado deixou de herança o que Carneiro (2011) descreve como a prevalência da concepção de que certos humanos são mais ou menos do que os outros:

[...] o que, conseqüentemente, leva à naturalização da desigualdade de direitos. Se alguns estão consolidados no imaginário social como portadores de humanidade incompleta, torna-se natural que não participem igualmente do gozo pleno dos direitos humanos. Uma das heranças da escravidão foi o racismo científico do século XIX, que dotou de suposta cientificidade a divisão da humanidade em raças e estabeleceu hierarquia entre elas, conferindo-lhes estatuto de superioridade ou inferioridade naturais (2011, p.15).

Também é preciso destacar que as mulheres na França do século XVII sofrem com a fome devido ao período de transição do sistema capitalista e passam a liderar revoltas por comida (Federici, 2019). Na Inglaterra, durante o século XVIII, ocorrem manifestações com grande participação de mulheres que lutam pelo mínimo para garantir sua existência e de sua prole.

Porém, as mulheres também foram as mais arruinadas pelos altos preços, já que, por terem menos acesso que os homens ao dinheiro e ao emprego, dependiam mais da comida barata para sobreviver. Por esta razão, apesar de sua condição subordinada, rapidamente saíam às ruas quando os preços da comida aumentavam ou quando se espalhava o rumor de que se levariam os suprimentos de cereais da cidade (FEDERICI, 2017, p. 156).

Quanto às mulheres que foram escravizadas nas colônias, estas enfrentaram, além da fome e da miséria, a desumanização e a venda de seus corpos como ferramentas de trabalho, nesse sistema de mercado que lhes negou o gênero (DAVIS, 2016). Para os senhores de escravos, as mulheres escravizadas eram antes de tudo objetos sexuais e de trabalho em tempo integral. Seus corpos não lhes pertenciam, pelo contrário, estavam sempre a serviço do sexo, das plantations¹⁵ e, como máquinas, dos filhos dos senhores para alimentá-los.

Davis (2016) aproxima o retrato do trabalho das mulheres negras escravizadas no continente americano, as quais substituíam os animais de carga, da descrição que Marx faz em seu livro *O Capital* (2017), em que descreve que as mulheres eram utilizadas como se fossem cavalos para puxarem barcos, ações justificadas pelos lucros que aumentavam com a utilização das mulheres. Algumas escravizadas acabavam exercendo trabalhos mais “leves” por conta do gênero (ama de leite, cozinheira, arrumadeira), mas esses trabalhos as oprimiam e as desumanizavam, uma vez que eram domesticadas de forma que sua presença não fosse percebida, mas seus préstimos usufruídos. Gonzalez descreve essas escravizadas denominadas de mucamas:

Enquanto mucama cabia-lhe a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da Casa Grande: lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre “livre” das sinhazinhas. E isso sem contar com as investido sexuais do senhor branco que, muitas vezes convidavam parentes mais jovens para se iniciarem sexualmente com as mucamas mais atraentes (2020, p. 53).

As questões ligadas à relação de poder e ao acúmulo de riqueza favorecem condições sociais que consideram modelo o padrão eurocêntrico: homem, branco, cisgênero, heterossexual, cristão e burguês. O racismo desempenha um papel fundamental na interiorização da “superioridade” deste padrão (GONZALEZ, 2020). O gênero desempenha a marca da posse do corpo, se ele está ou não a serviço da

¹⁵ Plantation foi um sistema de exploração colonial. Utilizado nas colônias europeias (algumas espanholas, portuguesas e britânicas) do continente americano que apresentavam quatro características principais: grandes latifúndios, monocultura, trabalho escravo e exportação para a metrópole. Esse sistema começa a ser utilizado no século XV e perdura até o século XIX.

produção. Com a presença de úteros esses corpos se transformam em território político, controlado por homens e pelo Estado: a procriação colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista (FEDERICI 2019).

É disso que se trata o patriarcado que, segundo Saffioti (2004), é um caso específico das relações de gênero, em que estas são desiguais e hierárquicas. A ordem patriarcal admite a dominação e a exploração das mulheres pelos homens, configurando a opressão feminina. O capitalismo é impregnado pela ideologia patriarcal, reforçando o sistema de opressão que subjuga as mulheres. Esse processo violento de opressão, que intersecciona também a etnia, naturalizou o racismo, o sexismo, a hierarquia de gêneros e a exploração do trabalho.

Assim, o trinômio capitalismo-racismo-patriarcado foi responsável pela coisificação da natureza, escravidão dos seres humanos e opressão das mulheres. Opressões estas sentidas e vividas até hoje principalmente nas populações mais vulneráveis. O fato de, no Brasil, a etnia ser um aspecto classificador das questões socioeconômicas dessas populações corresponde ao que Gonzalez descreve como naturalizado na sociedade brasileira e afirma que:

[...] desmascara a estrutura de dominação de uma sociedade e de um estado que considera “natural” o fato de quatro quintos da força de trabalho negra serem mantidos presos em uma espécie de cinto socioeconômico que lhes oferece trabalho a oportunidade de trabalho manual e não qualificado. Desnecessário dizer que, para o mesmo trabalho realizado por brancos os rendimentos são sempre mais baixos para trabalhadores negros (2020, p. 147).

Ser mulher e negra no Brasil demanda conviver desde cedo com as estruturas machistas e racistas impostas há 523 anos, determinantes dos espaços a serem ocupados pelas mulheres negras. Essas regras impostas na sociedade precisam ser revertidas e essa mudança encontra fundamentos na Educação Ambiental, que faz uma reflexão a partir do respeito e da coletividade.

1.2. A Educação Ambiental: Uma Ferramenta de Reflexão sobre as Opressões de Gênero e Etnia

A adversidade produzida pelo modelo societário racista e machista notoriamente estabelecido e dominante no mundo ocidental acentua as desigualdades de gênero e raça. Estas são questões apontadas por inúmeros autores da área da Educação Ambiental (LOUREIRO, 2019; WANGARI, 1996; SANTOS, 2009; SATO, 2013) os quais denunciam serem as mulheres as mais expostas e vulneráveis às problemáticas ambientais, como a exposição a ambientes insalubres, à saúde deficitária, a trabalhos precarizados e à má alimentação.

Ainda assim, mesmo diante das opressões históricas, observam-se mulheres negras na resistência, em contramovimento, em caráter educativo, atuando na transformação social, buscando romper com o não reconhecimento e o silenciamento imposto pelo poder hegemônico ao longo dos séculos. Gonzalez (2020) aponta as religiões de matriz africana como um espaço de resistência, respeito e valorização daqueles que resistiam às perseguições da Inquisição¹⁶ no período colonial e que resistem ao sistema opressor até atualidade. Além disso, trata-se de um espaço com forte liderança negra e feminina, sendo que esta ultrapassa a esfera religiosa nas comunidades menos abastadas:

Nessas comunidades as mulheres negras e pobres assumem e mantêm posições de poder e dominação sobre, entre outras pessoas, homens brancos de classe média e, menos frequentemente, alta. [...] O papel da mãe de santo dá a ela, como mulher negra e pobre (e também em vários graus aos grupos em volta dela), talvez, a única “entrada” na sociedade dominante. Através das funções que exerce como mãe de santo, ela estabelece um mecanismo de acesso aos recursos materiais e humanos apropriados por outras classes [...], que redistribui em maior ou menor medida ao seu grupo. Então, através da religião, ela e seu grupo doméstico conseguem recursos e conexões maiores em termos de rede de influência, prestígio e clientelismo para melhor sobreviver¹⁷ (GONZALEZ, 2020, p. 63).

¹⁶ Um tribunal conhecido como Santo Ofício organizado pela igreja católica, que tinha como atribuição julgar pessoas que possuíam comportamentos não condizentes com as normas católicas. Esses sujeitos eram considerados hereges e eram punidos severamente.

¹⁷ Descrição literal da nota de rodapé do livro *Por um Feminismo Afro-latino-americano* da autora Lélia Gonzalez. É bastante recente o surgimento da figura do Babalorixá ou pai de santo, na estrutura do Candomblé. Os primeiros mais importantes começaram a atuar a partir da década de 1930 (1980).

Neste sentido, estes micros espaços de luta podem ser percebidos como espaços de Educação Ambiental, visto que a Educação Ambiental é, segundo Loureiro (2003), uma práxis educativa que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes capazes de possibilitar o entendimento da realidade da vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais, individuais e coletivos, no ambiente. Todos esses aspectos devem contribuir, portanto, para a implementação de um padrão civilizatório distinto do vigente, pautado numa nova ética da relação entre sociedade e natureza.

Atualmente a Educação Ambiental no Brasil passa por uma crise de identidade, derivada das distintas correntes de pensamentos identificadas por Layrargues (2012), que se organizam em torno de três macrotendências: conservacionista, pragmática e crítica.

As macrotendências conservacionista e pragmática possuem grandes semelhanças em suas perspectivas, estando ambas a serviço do capitalismo, isto é, pautam-se em manter e conservar a ordem econômica mundial. Não incidem no cerne da questão social, pelo contrário, atuam com medidas paliativas, perpetuando em suas estruturas e em seus valores o modelo societário vigente.

A tendência conservacionista está amplamente ligada ao amor e à contemplação da natureza, a qual deve ser preservada a partir de mudanças comportamentais individuais não questionando as relações sociais. Já a macrotendência pragmática, que se apresenta nas décadas de 80 e 90, preocupa-se com a sustentabilidade, o consumo e atender as necessidades do mercado e da natureza. A ideia do ser humano desassociada da natureza é apontada por Layrargues e Lima:

Essa perspectiva percebe o meio ambiente destituído de componentes humanos, como uma mera coleção de recursos naturais em processo de esgotamento, aludindo-se então ao combate, ao desperdício e à revisão do paradigma do lixo que passa a ser concebido como resíduo, ou seja, que pode ser reinserido no metabolismo industrial. Deixa à margem a questão da distribuição desigual dos custos e benefícios dos processos de desenvolvimento, e resulta na promoção de reformas setoriais na sociedade sem questionar seus fundamentos, inclusive aqueles responsáveis pela própria crise ambiental (2014, p. 31).

A macrotendência pragmática pensa, ao mesmo tempo, na crise e no mercado, apontando sempre uma responsabilidade, de caráter individual e pontual, nos sujeitos pelo meio ambiente, pela diminuição do consumo etc. Não há de fato uma reflexão sobre a realidade, impossibilitando a mudança social concreta. Layrargues (2009) afirma que a Educação Ambiental em sua função ideológica de reprodução das condições sociais pode tanto transformar como manter as estruturas sociais já existentes. Essa manutenção do sistema no modelo pragmático, com foco no mercado, tem na Educação Ambiental uma ferramenta teórica para modificações sociais pontuais e superficiais que não refletem no privilégio de poucos e no sofrimento de muitos:

O fato é que os efeitos da crise ambiental já são sentidos na vida cotidiana dos seres humanos, e uns são mais vítimas dos danos ambientais do que outros, a ponto de terem sido cunhados novos conceitos definidores desse fenômeno: fala-se de risco e vulnerabilidade ambiental a que determinados grupos sociais são submetidos, quando suas condições de vida ou de trabalho são ameaçadas em função da degradação ambiental, que por sua vez, provocam conflitos socioambientais polarizados entre sujeitos sociais que se beneficiam da geração de riqueza a partir da exploração dos recursos ambientais (LAYRARGUES, 2012, p. 4, grifos no original).

As macrotendências conservacionistas e pragmáticas são vistas, em alguns momentos, como ingênuas, oportunistas e superficiais diante da necessidade radical de transformação social, sendo a macrotendência crítica, uma oposição às vertentes conservadora e pragmática.

A Educação Ambiental Crítica é a macrotendência eleita para o desenvolvimento da minha pesquisa, baseada teoricamente na perspectiva marxista, freiriana, feminista e antirracista para um enfrentamento da crise socioambiental. A Educação Ambiental Crítica trabalha coletivamente com as mazelas socioambientais provenientes do modelo societário capitalista através de intervenções pensadas de forma questionadora e emancipatória na busca de uma sociedade mais justa:

Portanto, aqui não cabem as lutas identitárias e por direitos que não sejam pensadas, concebidas organizadas e realizadas na unidade de produção e reprodução de modos de vidas. As lutas são integrais na existência material e histórica, no modo como uma sociedade se

estrutura, distribui a riqueza social, legitima verdades e culturas, conferem direitos e organiza o Estado (LOUREIRO, 2019, p. 33).

Neste sentido, a Educação Ambiental Crítica busca a transformação social, refletindo sobre a crise ambiental, a partir de um pensamento crítico que rompa com a ordem social imposta pela modernidade e pelo capitalismo. A libertação das amarras do capitalismo é um desafio para a construção de uma sociedade justa com igualdade ambiental para todos. O caráter social da tendência remete a uma complexidade no pensar, ou seja, não cabem soluções e resposta prontas. Há, nessa lógica, potencial para ressignificar falsas dualidades que o paradigma cartesiano¹⁸ inseriu nas relações entre indivíduo e sociedade, sujeito e objeto do conhecimento, saber e poder, natureza e cultura, ética e técnica, entre outras. Para Layrargues e Lima (2014), portanto, a mudança ocorre a partir de um olhar integral e sem amarras para o mundo. A Educação Ambiental Crítica, prevê i, ainda, a perspectiva de uma Educação Popular emancipatória que oportunize a autonomia do sujeito, conduzindo-os a um movimento contra hegemônico:

Construída em oposição às vertentes conservadoras no início dos anos 90, [a Educação Ambiental Crítica] é resultado da insatisfação com o predomínio de práticas educativas sempre pautadas por intencionalidades pedagógicas reducionistas, que investiam apenas em crianças nas escolas, em ações individuais e comportamentais no âmbito doméstico e privado, de forma a-histórica, apolítica, conteudística, instrumental e normativa. Se nutre do pensamento Freireano, Educação Popular, Teoria Crítica, Marxismo e Ecologia Política. Por ter forte viés sociológico, introduz conceitos-chaves como Política, Ação Coletiva, Esfera Pública, Cidadania, Conflitos, Democracia, Emancipação, Justiça, transformação Social, Participação e Controle Social, entre outros (LAYRARGUES, 2012, p. 404).

O quadro acima descrito tem contribuído para o consenso de que a Educação Ambiental deveria ser capaz de reorientar as premissas do agir humano em sua relação com o meio ambiente. Trata-se, em outras palavras, da busca por um projeto societário alternativo – baseado na Educação Ambiental Crítica – como solução para a crise ambiental, que atue na transformação social com uma dinâmica radical, que fuja da

¹⁸ O Paradigma Cartesiano é a visão fragmentada, mecanicista e materialista sobre a vida. A busca da razão e a crença de que é verdade apenas aquilo que se pode provar e que se conhece o todo somente através das partes.

lógica capitalista, imposta pela modernidade e aliada ao poder hegemônico do capital. Além disso, considerando teorias com viés feminista e negro, espera-se que esse projeto considere a posição social dos que conhecem a herança escravocrata cheia de opressão e restrição (RIBEIRO, 2020).

A Educação Ambiental foi apresentada, muitas vezes, como uma modalidade preocupada somente com os problemas ambientais na qualidade de natureza, mas sabe-se que é muito mais do que isso. Loureiro, Layrargues e Castro enfatizam este aspecto, afirmando que:

Educação ambiental deve promover o desenvolvimento de hábitos e atitudes sadios de conservação ambiental e respeito a natureza, a partir do cotidiano de vida da escola e da sociedade [...], para isso, deve capacitar os indivíduos, por meio de postura crítica, dialética e de conteúdo relacionado à realidade, para a formação de processos que promovam e desenvolvam a conscientização (2009, p. 175).

Isto significa proporcionar maior entendimento para a criação de novos padrões de conduta, rompendo com os quadros teóricos que garantem e conservam grandes e pequenos privilégios. Em vista disso, é preciso buscar alternativas sociais, baseadas em princípios ecológicos, por exemplo. Com isso, destacamos que “O desafio da educação ambiental é sair da ingenuidade e do conservadorismo (biológico e político) a que se viu confinada e propor alternativas sociais considerando a complexidade das relações humanas e ambientais” (REIGOTA, 1994, p. 29).

Esses novos padrões a serem criados também devem repensar a produção de conhecimento. Desta forma, deseja-se uma Educação Ambiental que rompa com a lógica hegemônica, deve-se buscar princípios descritos por mulheres, negras indígenas, Trans e Lésbicas isto é, populações que conhecem os resultados das opressões. Transpor as teorias de viés opressor é dar voz aos que foram silenciados e oprimidos. Gonzalez escreve sobre as teorias escritas pelos dominadores sobre os dominados e como estas têm implicitamente ainda a domesticação dos corpos colonizados como fundamento: “[...] se eles sabiam da gente mais do que a gente mesmo? Se tavam ali, na maior boa vontade, ensinado uma porção de coisa pra gente da gente?” (GONZALEZ, 2020, p. 75). A valorização dessas teorias que descrevem a sociedade de maneira real dá o protagonismo para os que sempre foram sujeitos da

história, aqueles que o sistema classificou como passivos e submissos às opressões, naturalizando estas condições impostas.

Assim, propõe-se uma reflexão da Educação Ambiental a partir dos saberes que, segundo Vergès, foram apagados pela colonização e continuam nessa condição por falta de apoio governamental, o que ela descreve como Justiça Epistêmica:

O sistema contra o qual lutamos relegou à inexistência saberes científicos, estéticos e categorias inteiras de seres humanos. Este mundo europeu nunca conseguiu ser hegemônico, mas ele se apropriou, sem hesitar e sem se envergonhar, de saberes, estéticos, técnicos e filosofias de povos que ele subjugava e cuja civilização ele negava. Nosso combate se posiciona claramente contra a política do roubo justificado, legitimado e praticado sob os auspícios ainda vivos de uma missão civilizatória. Sem negar as complexidades e as contradições dos séculos de colonialismo europeu, ou aquilo que escapou às suas técnicas de vigilância; sem ocultar também as técnicas de empréstimo ou de desvio utilizadas por colonizados/as, ainda nos falta um conhecimento aprofundado das trocas (culturais, técnicas e científicas) Sul-Sul. Em grande parte, essa falta se deve às políticas de financiamento da pesquisa. Trata-se de uma luta por justiça epistêmica, isto é, uma justiça que reivindica a igualdade entre os saberes e contesta a ordem do saber imposto pelo Ocidente (2020, p. 31).

Assim, a Educação Ambiental se realiza através do descontentamento dos sujeitos com a realidade vivenciada. De que maneira essa perturbação resultará em mudança depende do modo como foi pensada e articulada criticamente. A origem da crise socioambiental na tendência crítica é examinada em um contexto sistêmico que analisa as questões políticas, econômicas e culturais de maneiras associada, para que haja a compreensão do todo. Nesse espaço, são as relações dos sujeitos que dão embasamento para a construção do processo educativo, o qual reconhece as especificidades da sociedade e busca nesse reconhecer o entendimento da realidade social para sua transformação:

Com isso, na educação ambiental crítica, não se parte de um abstrato 'o que é o ser humano', mas sim de 'qual ser humano é possível em cada uma das distintas sociedades e modos de produção de vida'. Trazendo mais ainda para o que é concreto no capitalismo, repito uma questão presente em Machado (2018) 'como o homem se separou das condições objetivas da sua existência foi levado a vender a sua força de trabalho no mercado para sobreviver' (LOUREIRO, 2019, p. 35, grifos no original).

O sistema capitalista, baseado na opressão dos indivíduos que não pertencem ao padrão eurocêntrico, nega outras culturas e os outros indivíduos para legitimar este padrão europeu como universal. O educador ambiental, ao compreender esta realidade de negação e invisibilidade, busca quebrar esse nexos numa perspectiva transformadora. Isto lhe demanda posicionamento político diante dessas relações estabelecidas na sociedade que não possuem, nas linhas de produção do mercado, respeito pelos ciclos naturais e que encontram, no consumo, o impulsionador da vida, gerando a ilusão de que só o individual importa. Resulta desta lógica uma naturalização das opressões como fato já consumado e sem perspectiva de mudança.

Desta forma, a ruptura com esse modelo individualista e reducionista é uma reflexão necessária para a Educação Ambiental Crítica no enfrentamento das opressões de gênero e étnicas. Por isso, pensar o feminismo a partir da Educação Ambiental Crítica é pensar a luta contra a opressão feminina. Gonzalez escreve sobre as primeiras organizações de mulheres negras no Brasil:

No que diz respeito aos primeiros grupos organizados de mulheres negras, durante esse período eles surgem no interior do movimento negro. E isso, em parte, se explica pelo fato de que os setores médios da população negra que conseguiram entrar no processo competitivo do mercado de trabalho no setor das ocupações não manuais são os mais expostos às práticas discriminatórias de mão de obra. Assim sendo, é no movimento negro que se encontra o espaço necessário para as discussões e o desenvolvimento de uma consciência política a respeito do racismo e suas práticas e de suas articulações com a exploração de classe (2020, p. 102).

Os movimentos sociais organizados em pautas de combate ao racismo contemplavam as mulheres negras quanto às questões étnicas, entretanto, as pautas de gênero eram silenciadas. O movimento negro foi o cenário em que as mulheres negras puderam reivindicar suas demandas específicas.

1.3. O Feminismo Materialista

Os movimentos feministas pautados nos preceitos eurocêntricos iluministas de liberdade, fraternidade e igualdade não contemplam as sociedades colonizadas a partir do sistema de exploração que classifica indivíduos de forma diferente. Esses movimentos lutavam por direitos que não contemplavam as mulheres negras que tinham no gênero, na etnia e na classe um trinômio de opressões.

O feminismo materialista se fundamenta na perspectiva materialista e histórica da busca por uma emancipação política em face do capitalista. A sociedade em que vivemos é baseada nas regras do sistema capitalista que classifica, mercantiliza e hierarquiza os seres humanos a partir de elementos necessários para a cadeia de exploração da força do trabalho. Essa seleção usa critérios de gênero associados ao sexo biológico, à etnia, à classe social e à idade. Cisne (2005) afirma que esses critérios dividem as mulheres em uma ordem no capital e que, a partir desses critérios, as opressões se manifestam, bem como o peso de cada critério dentro da realidade:

A classe é, pois, quem determina como essas mais variadas expressões de opressões irão ser vivenciadas por esses sujeitos. Assim, é que uma mulher da classe dominante explora uma mulher da classe trabalhadora, uma idosa pode explorar outra idosa, uma negra pode explorar outra negra. Os movimentos sociais devem, portanto, ter como cerne a luta de classes (2005, p. 3).

As mulheres, no processo de produção, estão à serviço do patriarcado; uma vez que exercem as atividades de cuidado, são responsáveis por toda estrutura doméstica e familiar, atribuições que não são nem remuneradas nem vistas como trabalho. Registre-se que as mulheres negras nos países latino-americanos pós-período abolicionistas se tornaram a fonte de subsistência das famílias e sua jornada de trabalho teve que ser ampliada. Gonzalez (2020) descreve a condição da mulher no Brasil em dois cenários distintos: no que tange às mulheres brancas, suas circunstâncias são marcadas principalmente a questão salarial, posto que sua remuneração é menor em comparação aos homens, ainda que ocupem a mesma função. No segundo cenário estão as mulheres negras, entremeadas pelo racismo que

impulsiona sua permanência na prestação de serviços subalternizados e invisibilizados; atividades desvalorizadas e discriminadas na sociedade brasileira, o que acarreta a condição de uma vida marginalizada e permanentemente vulnerável. Essa condição de opressão sofrida pelas mulheres, agravada pela raça, é apresentada por Davis (2016 p,169) “como um grilhão triplo de opressão”:

Todas as desigualdades e limitações impostas à mulher branca estadunidense são agravadas mil vezes entre as mulheres negras, triplamente exploradas – como negras, como trabalhadoras e como mulheres (DAVIS, 2016, p. 169).

As desigualdades de gênero têm na divisão do trabalho o foco central da opressão. As mulheres possuem dupla jornada de trabalho, os menores salários e são confrontadas pela violência cotidiana experienciada em consequência do gênero. O feminismo materialista considera o capitalismo e o patriarcado como as estruturas principais da opressão das mulheres e, dentro dessa relação social, a questão de raça aprofunda a discriminação. Não é outra a percepção de Gonzalez para quem: “a discriminação de sexo e raça no Brasil faz das mulheres negras o segmento mais explorado e oprimido da sociedade brasileira o que limita sua possibilidade de ascensão” (2020, p. 160).

A mulher negra no decorrer dos séculos teve sua cultura e história silenciadas pelo processo de escravidão e pós-escravidão, tornando-se referência na sociedade em atribuições relacionadas a serviços domésticos, sendo comum ocupar espaços de pouca valorização intelectual. Estas questões compõem um país marcado por um modelo societário estruturalmente racista e patriarcal.

As relações sociais determinadas a partir da exploração das forças de produção passam por tensões e conflitos dentro da disputa pelo capital. As opressões ligadas ao gênero, por exemplo, baseiam-se na divisão biológica do trabalho: mulheres no espaço doméstico e reprodutivo; homens no espaço público e produtivo. Esta divisão reservou às mulheres um papel de subordinação para manutenção das regras do capitalismo. Esse acatamento pode ser exemplificado na divisão do trabalho organizada em dois princípios: da separação (trabalho de homem e de mulher) e o hierárquico (o valor do trabalho maior para os homens e menor para as mulheres). Um exemplo dessa divisão

é o trabalho doméstico, considerado como obrigação feminina, descaracterizado como trabalho, apagado e sugestionado como ato de amor materno:

[...] uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno. Essa condição de inferioridade das mulheres faz crescer intencionalmente o acúmulo de riqueza, pois a dupla jornada os menores salários mantem o sistema de exploração e garantem que a condição feminina não mude na sociedade (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 597).

Refletir a condição feminina a partir da teoria marxista corresponde a identificar as ações do sistema capitalista responsáveis pelos padrões e as estruturas classificatórias, isto é, que fundamentam a definição de quais indivíduos serão explorados como mão de obra barata e facilmente descartada a favor do acúmulo de bens. Além disso, é relevante reconhecer as opressões e toda as limitações resultante delas, entender que a mulher não está destinada naturalmente ao âmbito do privado, do ocultamento e do silenciamento.

No Brasil, é preciso ir além, incluindo a análise do fenômeno da feminização negra da pobreza, fundamentado e garantindo informalmente pela legislação estatal, visto que se nega a existência de uma estrutura desigual, atualizada constantemente, no que tange à população negra, atingindo de forma violenta as mulheres negras.

Como descreve Almeida:

A situação das mulheres negras exemplifica isso: recebem os mais baixos salários, são empurradas para os 'trabalhos improdutivos' – aqueles que não produzem mais-valia, mas que são essenciais. Por exemplo, as babás e empregadas domésticas, em geral negras que, vestidas de branco, criam os herdeiros do capital. –, são diariamente vítimas de assédio moral, da violência doméstica e do abandono, recebem o pior tratamento nos sistemas 'universais' de saúde e suportam, proporcionalmente, a mais pesada tributação. A descrição e o enquadramento estrutural desta situação revelam o movimento real da divisão de classes e dos mecanismos institucionais do capitalismo. (2019, p. 186).

As mulheres negras no Brasil são as maiores vítimas das consequências dos danos ambientais que, assim como nos lucros, são distribuídos de forma desigual. Os mais nocivos e perigosos (falta de água e não tratamento de esgoto, terrenos

propensos a alagamento, falta de escolas e creches, trabalhos precários etc.), aos quais estas mulheres estão expostas, colaboram, para essa feminização negra da pobreza brasileira.

Nesse capítulo, a Educação Ambiental Crítica e o Feminismo Materialista amparam a reflexão acerca das mulheres desde o século XIX até a contemporaneidade, bem como as transformações que ocorreram após as mudanças nos modos de produção e trabalho. A condição dos seres coisificados e hierarquizados segundo gênero, etnia e classe colocaram as mulheres em uma condição de inferioridade e submissão aos homens. No entanto, essa conjuntura não se aplica às mulheres de maneira igual. No Brasil por exemplo, as mulheres negras são a base da pirâmide social e sofrem opressões distintas das mulheres brancas. A pobreza extrema e as consequências das injustiças ambientais são sentidas com maior veemência para uma parcela com etnia e gênero marcados como se passará a analisar no próximo capítulo.

OXUM¹⁹

Eu vim pra ser luz
Vem pra iluminar
É tanta neblina, tensão desanima
Mas só que eu sou luz
Que na escuridão clareia
É fé que corre na minha veia
É proteção que me rodeia
Que sempre vai me acompanhar
(DRIK BARBOSA, 2019)



¹⁹ Oxum é a orixá que representa a fertilidade, a riqueza e o poder feminino através da inteligência e determinação. Oxum é d'água doce e está representada nos rios e lagos.

Capítulo 2. O Fenômeno da Feminização da Pobreza e a Injustiça Ambiental

A imagem que inicia o segundo capítulo desta dissertação é a imagem da Orixá Oxum, que representa na mitologia africana a riqueza, fertilidade e inteligência feminina. A estrofe da música “Luz” da rapper Drik Barbosa se refere aos obstáculos enfrentados face à pobreza e às consequências da injustiça ambiental. As escolhas feitas para a abertura do capítulo demonstram o paradoxo vivenciado pelas mulheres. De um lado, a riqueza produzida pelas mãos das mulheres e, do outro lado, o acesso limitado aos frutos dessa prosperidade.

O capítulo 2 discorre sobre a feminização da pobreza, em especial, o quanto a pobreza feminina está ligada aos lares de mulheres que são o arrimo da família e a relação da injustiça ambiental com esse fenômeno da feminização da pobreza.

2.1. O Fenômeno da Feminização da Pobreza

A feminização da pobreza é um conceito que surge no final da década de 70 pela assistente social estadunidense Pearce (NOVELLINO, 2004); a autora vincula o aumento da pobreza das mulheres ao aumento de famílias em que a responsabilidade da subsistência do lar é feminina. Pearce concentra seus estudos nas mulheres que são pobres pelo simples fato de serem mulheres e investiga as consequências econômicas e sociais que as levam à pobreza extrema. Novellino (2004) revela que a pesquisadora pensa a pobreza feminina a partir da renda e dos resultados de políticas públicas direcionadas à redução da pobreza.

Quanto aos aspectos referentes à renda, pode-se tratar de três desdobramentos: a renda salarial; a transferência privada; e a transferência pública. No que diz respeito à renda salarial, é perceptível que a despeito do aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, os salários ainda são inferiores aos dos homens e as vagas mais ofertadas às mulheres não necessitam em geral de muita capacitação profissional, refletindo nos baixos salários. Além disso, o mercado enxerga o trabalho para as mulheres como secundário e temporário já que naturalizam o compromisso doméstico e reprodutivo como exclusivos da mulher, tornando-se um impeditivo para o desenvolvimento profissional. A transferência privada refere-se à pensão alimentícia destinada aos filhos. Para famílias monoparentais com mulheres

responsáveis, a ausência desta transferência agrava o cenário de pobreza ou miserabilidade.

Finalmente, a transferência pública diz respeito a toda e qualquer renda paga pelo Estado, à exceção de salário. Pode advir de programas de transferência de renda, destinados às pessoas em situação de vulnerabilidade social, e de programas de cunho previdenciário ou trabalhista. Ainda analisando os estudos de Pearce, Novellino afirma, a respeito dos programas públicos de transferência de renda ligados à seguridade, que:

[...] As mulheres estão sub-representadas entre os beneficiários da seguridade social e estão ainda mais sub-representadas quando se trata de valor recebido. Sub-representadas estão também no seguro-desemprego pois há certas ocupações que estão excluídas deste benefício e que são exercidas majoritariamente por mulheres, tal como o trabalho doméstico (2004, p. 4).

Destaca-se que a seguridade está voltada a tentar amenizar os efeitos de eventualidades que decorrem da perda de renda. Esse sistema sempre teve regras e especificidades ligadas ao gênero em um sistema que se constitui na ideia de que os homens são provedores e as mulheres cuidadoras do lar.

Além destes aspectos, a pobreza feminina pode ser vista a partir de três conceitos: pobreza monetária, pobreza de privação e pobreza subjetiva (PEREIRINHA, 1994). A pobreza monetária se refere à renda como um parâmetro para o acesso ao bem-estar. A pobreza de privação está ligada à ideia multidimensional da pobreza e a privação das necessidades básicas. Por fim, a pobreza subjetiva relaciona outros aspectos para delinear o que seria uma situação digna e de bem-estar adequada para as mulheres (PEREIRINHA, 1994).

Fato é que os programas públicos de transferência de renda não cobrem os custos reais e totais das despesas de uma família. No Brasil, por exemplo, o Auxílio Brasil²⁰ tem como valor máximo para transferência de renda R\$ 400,00 para uma

²⁰ O programa foi renomeado em dezembro de 2021 e passou a se chamar Auxílio Brasil, os valores repassados foram de até R\$400,00 até julho de 2022. A partir desse período teve seu valor alterado até dezembro de 2022 para R\$600,00 pela emenda constitucional 123, a qual instituiu o estado de emergência no país até o final de 2022, permitindo a ampliação de benefícios sociais e econômicos para a para a população. emergência no país até o final de 2022, permitindo a ampliação de benefícios sociais e econômicos para a para a população.

família com uma composição familiar igual ou superior a oito-membros (CADASTRO ÚNICO, 2022). Dessa forma, é evidente que os benefícios nem sempre correspondem às necessidades mínimas de sobrevivência da família. Pelo contrário, ficam na maior parte dos casos abaixo desta linha. O valor recebido pelos beneficiários do Auxílio Brasil, em 2022 não atingia até julho, 33% do salário-mínimo e a partir do aumento concedido pela emenda constitucional passou a representar 49,5% do salário-mínimo, ainda que a Constituição Federal estabeleça o salário mínimo integral como um direito social fundamental para uma vida digna:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...]

IV - Salário-mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender as suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim; [...] (BRASIL, 1988).

Assim sendo, a sobrevivência dissocia-se da transferência de renda pública visto que os valores recebidos são muito inferiores ao que estipula a lei federal brasileira, isto é, uma renda que supra necessidades básicas. Além disso, é fundamental estabelecer que o fator que leva às pessoas a pobreza é diferente do ponto de vista biológico. As mulheres têm como agravante de sua vulnerabilidade econômica as questões ligadas ao mercado de trabalho que restringem e dificultam: a rigidez de horários, as bonificações e promoções por assiduidade, o trabalho doméstico como impedimento profissional. Em outras palavras, o mundo diário pode marcar a mulher como o centro de todas as rotinas familiares, mas os ritos políticos do poder ressaltam apenas os homens (DA MATTA, 1997). As mulheres são a mola impulsionadora do processo de produção, mas não são reconhecidas e nem valorizadas no processo.

2.2 A Pobreza Feminina no Brasil: Uma Herança da Opressão do Período Escravocrata

No Brasil, as mulheres negras carregam a herança da opressão e violência do período escravocrata aliada ao marcador de gênero que estruturou a sociedade em um modelo econômico excludente e racializado estruturalmente. Souza (2008, p. 30) pontua que “essa estruturação inicia-se no ano de 1871 com a Lei do Ventre Livre que reconhece como estrutura familiar; mãe (escrava) e sua prole. A figura masculina é desvanecida do contexto da linhagem negra”.

Nos primeiros anos de República do Brasil, a mulher negra foi a única provedora das famílias que após a abolição foram obrigadas a ocupar as vielas e margens das cidades. Ainda assim, os ex-senhores de escravizados continuaram a usar o trabalho doméstico das mulheres negras, as quais junto aos homens negros, com as estruturas legislativas racistas, foram segregados às favelas e aos guetos:

No período que imediatamente se sucedeu à abolição, nos primeiros tempos de ‘cidadãos iguais perante a lei’, coube à mulher negra arcar com a posição de viga mestra de sua comunidade. Foi o sustento moral e a subsistência dos demais membros da família. Isso significou que seu trabalho físico foi decuplicado, uma vez que era obrigada a se dividir entre o trabalho duro na casa da patroa e as suas obrigações familiares. Antes de ir para o trabalho, havia que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimento para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas das filhas mais velhas no cuidado dos mais novos. Acordar às três ou quatro horas da madrugada para ‘adiantar os serviços caseiros’ e estar às sete ou oito horas na casa da patroa até a noite, após ter servido o jantar e deixado tudo limpo (GONZALEZ, 2020, p. 40).

Outra marca do período escravocrata é a estrutura das famílias negras, em que as mulheres exercem a responsabilidade e sustento da prole. Essa construção familiar em que a responsabilidade dos filhos estava ligada somente às mulheres foi favorecida pelos donos de escravizados, que omitiam a figura paterna nos registros dos filhos das escravizadas (muitas dessas crianças eram fruto dos estupros cometidos pelos

próprios senhores). Tinham mãe, mas a figura paterna foi apagada; esse apagamento tornou-se rotineiro nas famílias negras em que a figura feminina denota, apesar das dificuldades econômicas, o poder de uma guerreira.

Davis, citando a tese de Frazier, descreve as consequências da escravidão nas estruturas sociais:

Frazier descreve de modo dramático o terrível impacto da escravidão sobre o povo negro, mas subestima a capacidade dessas pessoas de resistir à influência da escravidão na vida social que criaram para si. Frazier também interpretou o mau espírito de independência e de autossuficiência que as mulheres negras desenvolveram por necessidade e, por isso lamentou o fato de que ‘nem a necessidade econômica nem a tradição inculcaram [na mulher negra] o espírito de subordinação à autoridade masculina’ (2016, p. 26).

Essa “independência e autossuficiência” também foram consequências da escravidão, herdadas pelas mulheres negras no Brasil. Na sociedade brasileira, estruturada sobre a desigualdade de direitos étnicos e de gênero, a resistência dessas mulheres é uma resposta ao estado que é inerte à sua situação. As legislações econômicas e sociais colocam as mulheres negras em um isolamento institucional. O peso tributário, a violência doméstica, a violência obstétrica, os subempregos, a moradia de risco, o acesso restrito à escolarização são limitações que atingem essas mulheres diariamente e obrigam-nas a serem “guerreiras” em um sistema que não é pensado para elas.

Os padrões fenotípicos e socioeconômicos (educação, riqueza monetária) não contemplam as mulheres negras que também são preteridas nas relações afetivas. As normas estabelecidas classificam as mulheres brasileiras e colocam-nas em determinados lugares; segundo Gonzalez, as negras não têm o matrimônio pré-estabelecido:

Vale observar que a expressão popular mencionada anteriormente — ‘Branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar’ — tornou-se uma síntese privilegiada de como a mulher negra é vista na sociedade brasileira: como um corpo que trabalha, e que é super explorado economicamente, ela é uma faxineira, cozinheira, lavadeira etc. que faz o ‘trabalho pesado’ das famílias de que é empregada; como um corpo que gera prazer e que é super explorado sexualmente, ela é a mulata dos desfiles de Carnaval para turistas, de filmes pornográficos etc., cuja sensualidade é incluída na categoria do ‘erótico-exótico’ (2020, p. 69).

A solidão afetiva da mulher negra, resultado dos atravessamentos sociais baseados nas opressões, colabora em muito com a pobreza material dessas mulheres, que acabam solitariamente arcando com toda a responsabilidade familiar. Além disso, são culpabilizadas pela situação, uma vez que, perante a sociedade enraizada no patriarcado, mulheres solteiras não são consideradas respeitáveis. Isso dificulta ainda mais a condição social das mulheres negras, que lutam ainda por condições de oportunidades com equidade em todos os setores, principalmente no mercado de trabalho. No último século, as mulheres conquistaram muitos direitos, mas as barreiras marcadas pelo machismo ainda as colocam em desvantagem principalmente nas questões de trabalho. Apesar de conquistas específicas na legislação trabalhista, essas ainda não são significativas para ascensão feminina, contudo são mudanças consideráveis.

Os avanços das mulheres no mercado de trabalho foram conquistados em cima de muitas lutas dos movimentos feministas. Os setores de prestação de serviços

sociais e de comércio absorvem muita mão de obra feminina, mas a prestação de serviços domésticos tem a mulher negra como principal colaboradora.

Esses avanços e conquistas não foram iguais para as mulheres negras que têm o marcador étnico naturalizado socialmente para vagas nos setores doméstico com baixos salários e jornada de trabalho ampliada:

Os diferentes retornos auferidos pelas mulheres de uma luta que se pretendia universalizante tornava insustentável o não reconhecimento do peso do racismo e da discriminação racial nos processos de seleção e alocação da mão-de-obra feminina, posto que as desigualdades se mantêm mesmo quando controladas as condições educacionais. Em síntese, o quesito 'boa aparência', um eufemismo sistematicamente denunciado pelas mulheres negras como uma forma sutil de barrar as aspirações dos negros, em geral, e das mulheres negras, em particular, revelava em números, no mercado de trabalho, todo o seu potencial discricionário (CARNEIRO, 2003, p. 5).

Essas especificidades brasileiras, ligadas à formação das convicções e ações de exclusão, perpetuaram a mulher negra como a base da pirâmide social. Em pesquisa divulgada em novembro de 2020 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a síntese de indicadores sociais demonstrou que 39% das mulheres negras e pardas estão em situação de extrema pobreza:

Entre as pessoas abaixo da linha de pobreza (estabelecida pelo) do Banco Mundial, 70% eram de cor preta ou parda, enquanto a população que se declarou com essa característica era de 56,3% da população total. A pobreza afetou ainda mais as mulheres pretas ou pardas: eram 28,7% da população, mas 39,8% dos extremamente pobres e 38,1% dos pobres (IBGE, 2020).

O sistema de opressão, interligando gênero e etnia, afunila as possibilidades de ascensão das mulheres negras, colocando-as em situações propensas à vulnerabilidade social e econômica. Gonzalez escreve sobre a naturalização dessa articulação:

Do mesmo modo, nós, mulheres e não brancas, somos convocadas, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza. Ao nos impor um lugar inferior dentro de sua hierarquia (sustentado por nossas condições biológicas de sexo e raça), suprime nossa humanidade precisamente porque nos nega o direito de ser sujeitos não apenas de nosso próprio discurso, mas de nossa própria história. Não será necessário dizer que, com todas essas características, estamos nos referindo ao sistema patriarcal-racista (2020, p. 141).

O genocídio da população negra no Brasil e o encarceramento em massa da população negra refletem-se também na feminização da pobreza. As hierarquizações raciais que dominam as articulações sociais levaram a população negra a ocupar as favelas e os guetos do país. Dentro dessas comunidades, o Estado, que deveria prover as estruturas básicas, investe minimamente em políticas públicas sociais, mas suas forças coercivas frequentam assiduamente as comunidades, demonstrando seu poder punitivo. Além disso, a ausência de acesso a direitos básicos como saúde, saneamento básico, educação e emprego abriram espaço para a instauração do crime organizado nas comunidades: “Aliás, se pensarmos o tráfico como uma indústria, a estrutura espelha a do mercado formal de trabalho” (BORGES, 2019, p. 103). A guerra instaurada contra o tráfico de drogas vitimiza centenas de jovens negros e encarcera milhares:

Com isso, vemos muitas mortes de jovens negros sendo descritas como consequências de resistência à prisão, os autos de resistência. Segundo dados do Atlas da Violência, jovens negros aos 21 anos têm 147% mais chances de serem assassinados do que jovens brancos. Os números são alarmantes. E não podemos perder de vista o aumento, cada vez maior, de jovens mulheres também vítimas da violência urbana. Essa guerra às drogas, definitivamente, tem centralidade nessa nova engrenagem sistêmica para a manutenção das desigualdades baseadas nas hierarquias raciais (BORGES, 2019, p. 69).

As consequências dessa guerra ao tráfico de drogas, já instaurada e naturalizada no país, demonstram mais uma face cruel do racismo que considera todos os moradores de localidades periféricas como “bandidos” em uma tentativa de justificar todas as mortes que ocorrem diariamente nas cidades brasileiras.

2.3 Injustiça Ambiental e a Feminização da Pobreza

A partir de todo o cenário político, social e econômico apresentado, é indispensável pensar a pobreza na perspectiva feminina e negra, visto que são as ausências do Estado e da Sociedade que tornam a feminização da pobreza um fenômeno a ser compreendido como uma injustiça ambiental. Herculano define:

Injustiça Ambiental como o mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis essa definição claramente aponta para as mulheres negras (2008, p18).

Neste sentido, o reflexo do uso indevido de recursos naturais pode ser observado não só com a redução contínua de alguns desses recursos, como também nos impactos sociais e econômicos que reverberam na sociedade. Essa consequência não é percebida de forma igual por todos. A injustiça ambiental revela que a relação entre natureza e seres humanos é constada em diferentes níveis e hierarquias sociais, ou seja, está ligada a fatores políticos, econômicos, históricos e territoriais. Os impactos ambientais resultantes da distribuição desigual dos danos ambientais são sentidos primeiro e principalmente nas populações pobres, marginalizadas e subalternizadas.

A importância da noção de justiça ambiental decorre da constatação de que a crescente escassez de recursos naturais e a desestabilização dos ecossistemas afetam de modo desigual, e muitas vezes injusto, diferentes grupos sociais ou áreas geográficas. Em outros termos, o relacionamento entre sociedade e natureza reflete, em maior ou menor grau, assimetrias políticas, sociais e econômicas, as quais são específicas de um determinado momento histórico e de uma dada configuração espacial (tanto no âmbito local e regional, quanto entre países e continentes, como no caso do efeito estufa). Um estudo atento demonstra que as múltiplas formas de

degradação ambiental acontecem, predominantemente, onde vivem as populações de menor renda, comunidades negras e grupos indígenas (IORIS, 2009).

Em vista disso, é importante estabelecer que o uso do termo "justiça ambiental" encontra sua origem nos Estados Unidos a partir dos movimentos dos civis negros e também nos protestos contra a contaminação tóxica pelas indústrias. O termo está, portanto, intimamente ligado às populações mais vulneráveis e à opressão pelos fatores raciais e econômicos.

No Brasil, a justiça ambiental surge de movimentos que encontraram novo significado nas lutas ambientais, incorporando as questões sociais e políticas em busca de um futuro comum para todos. Esse novo pensar sobre as questões ambientais questiona o estilo de vida baseado no consumo fordista²¹ e o sentido utilitário que assegura o acúmulo de capital e pensa em estratégias pontuais e capitalistas de economia de materiais e energia contribuindo para o processo destruição ambiental. Esses dois sentidos, por muito tempo, foram o foco da teoria ambiental:

Para a razão utilitária hegemônica, o meio ambiente é uno e composto estritamente de recursos materiais, sem conteúdos socioculturais específicos e diferenciados; é expresso em quantidades; justifica interrogações sobre os meios e não sobre os fins para os quais a sociedade se apropria dos recursos do planeta; pressupõe um risco ambiental único, instrumental – o da ruptura das fontes de abastecimento do capital em insumos materiais e energéticos, assim como da ruptura das condições materiais da urbanidade capitalista –, ou seja, o risco de inviabilização crescente da cidade produtiva, por poluição, congestionamento etc. Dado esse ambiente único, objeto instrumental da acumulação de riqueza, a poluição é apresentada como 'democrática', não propensa a fazer distinções de classe (ACSELRAD, 2010, p. 108).

O ambiente não pode ser observado fora do contexto sociocultural, pois essa relação é mútua e plural, da mesma forma que a escassez de recurso não é igualitária para todos. Isso ocorre, pois, as questões sociais e econômicas são fatores que determinam a forma deste ambiente ser percebido:

²¹ Consumo Fordista caracteriza-se pela produção e consumo em massa. Ganha essa denominação devido a produção em massa de carros com o objetivo de popularizar a compra destes através de todas as classes sociais.

Uma razão cultural, por sua vez, se interroga sobre os fins pelos quais os homens se apropriam dos recursos do planeta; o meio ambiente é múltiplo em qualidades socioculturais; não há ambiente sem sujeito – ou seja, ele tem distintas significações e lógicas de uso conforme os padrões das distintas sociedades e culturas. Os riscos ambientais, nessa óptica, são diferenciados e desigualmente distribuídos, dada a diferente capacidade de os grupos sociais escaparem aos efeitos das fontes de tais riscos. Ao evidenciar a desigualdade distributiva e os múltiplos sentidos que as sociedades podem atribuir a suas bases materiais, abre-se espaço para a percepção e a denúncia de que o ambiente de certos sujeitos sociais prevaleça sobre o de outros, fazendo surgir o que se veio denominar de ‘conflitos ambientais’ (ACSELRAD, 2010, p.109).

As questões ambientais, refletidas na razão cultural, passam pela ótica do Direito e da responsabilidade, qual seja a ideia de que devemos preservar hoje para um amanhã, mas isso também é olhado de forma igualitária, como se todos tivessem a mesma responsabilidade pela degradação do meio ambiente. Essas duas visões representam estratégias tanto de conservação ambiental como utilitaristas, ou seja, uma modernização ecológica pautada no mercado, no progresso científico e na aceitação política. A razão cultural origina-se em ações que buscam sobrepujar a divisão desigual dos proveitos e danos ambientais visto que aquela possui a mesma origem da injustiça social.

Para o movimento de justiça ambiental, uma situação de injustiça ambiental caracteriza-se quando na sociedade se destina a maior carga dos danos ambientais a grupos sociais de trabalhadores ou grupos étnicos discriminados, entre outros segmentos em estado de maior vulnerabilidade social e econômica, ameaçando a integridade da saúde ambiental e comprometendo a sua reprodução social (LOUREIRO, 2013, p. 10).

A injustiça ambiental demonstra a concentração dos danos ambientais geralmente em locais de grande vulnerabilidade econômica e social, mantendo a lógica da exploração capitalista que desmata florestas, polui, muda o curso de rios, realoca comunidades com um único objetivo: o lucro. Todas essas degradações ganham o apoio e a colaboração política, pois são justificados como progresso e aumento de receitas. Essa exploração é desfrutada por poucos, pois a maioria da população vive às margens, exposta a todos os males causados por atividades exploratórias em nome

do progresso. Neste sentido, Moura escreve sobre a marginalização social de grande parte da população:

Uma lógica que mantém grandes parcelas da população às margens das cidades e da cidadania, sem água potável, coleta adequada de lixo e tratamento de esgoto, que permite que grandes empresas lucrem com a imposição de riscos ambientais e sanitários aos grupos que, embora majoritários, por serem pobres, têm menos poder de se fazer ouvir na sociedade e, sobretudo, nas esferas do Poder Público. Enquanto as populações de maior renda têm meios de se deslocar para áreas mais protegidas da degradação ambiental, as populações pobres são espacialmente segregadas, residindo em terrenos menos valorizados e inseguros (2010, p. 3).

A marginalização de grande parte da sociedade brasileira coloca-a em constante exposição a produtos nocivos, muitos desses proibidos em países mais industrializados, pois levam ao adoecimento das pessoas através do ar e de alimentos. No Brasil, há também a contaminação pela água uma vez que o saneamento básico e tratamento de água não estão disponíveis para todos. Essa representação do que seria o desenvolvimento ligado à exploração dos seres impede que a justiça ambiental seja um conceito disseminado:

Ainda é bastante recente e incipiente, já que a injustiça ambiental é o que, infelizmente, ainda caracteriza o modelo de desenvolvimento dominante no Brasil, como por exemplo: desemprego, desproteção social e precarização do trabalho. A maioria da população brasileira encontra-se exposta a fortes riscos ambientais, seja nos locais de trabalho, de moradia ou no ambiente em que circula. Esses riscos ambientais a que se está sujeito são decorrentes das substâncias perigosas; da falta de saneamento básico; de moradias localizadas em encostas perigosas e em beiras de cursos d'água, sujeitas, portanto, a desmoronamento e a enchentes. Outras tantas moradias situam-se nas proximidades de depósitos de lixo, sobre gasodutos ou sob linhas de transmissão de eletricidade (MOURA, 2010, p. 6).

A sociedade organizada política e economicamente a partir de categorias desiguais constitui uma escala social determinante da utilização dos recursos naturais. As famílias de menor renda per capita são as que possuem menor acesso ao ar puro e à água potável, por exemplo. Além disso, a exclusão social leva estas famílias a ocuparem locais periféricos sem condições salubres de moradia. Esses deslocamentos, muitas vezes compulsórios, para as periferias nos grandes centros

urbanos em busca da sobrevivência, é historicamente comum no Brasil. Realizaram-se através de políticas públicas injustas ambientalmente voltadas à exploração dos seres a fim de possibilitar a concentração de riqueza e poder nas mãos de poucos.

A justiça ambiental demonstra que é urgente trabalhar as questões ambientais para muito além da preservação. É preciso trabalhar com distribuição e justiça social por uma melhor condição de vida para as populações marginalizadas e segregadas nos grandes centros. As questões étnicas também devem ser observadas, pois as consequências negativas da exploração ambiental incidem de maneira descomunal a um determinado grupo étnico, caracterizando o racismo ambiental.

O racismo ambiental não se configura apenas por meio de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente por meio de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. Diz respeito a um tipo de desigualdade e de injustiça ambiental muito específico: o que recai sobre suas etnias, bem como sobre todo grupo de populações ditas tradicionais (HERCULANO, 2008, p. 16).

Ao focar os centros urbanos do Brasil, o Mapa de Conflitos: Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (2013) revela que as principais populações vítimas de injustiças ambientais são moradores do entorno de aterros sanitários e lixões, bem como operários e trabalhadores das indústrias. Esses grupos se caracterizam, na sua grande maioria, por sua etnia negra²² (pardo ou preta). No que refere às atividades responsáveis pelas injustiças ambientais no Brasil, o estudo realizado demonstra claramente que todas as atividades econômicas que interferem nos territórios e modos de vida das populações estão dentre as principais causadoras de impactos e conflitos socioambientais. Entre as principais atividades econômicas estão o agronegócio, a mineração e a siderurgia, a construção de barragens e hidrelétricas, as madeireiras, as indústrias químicas e petroquímicas, as atividades pesqueiras, a pecuária e a construção de rodovias, hidrovias e gasodutos.

²² Segundo a pesquisa nacional de amostra de domicílios de 2021 do IBGE, 47% da população do Brasil se autodeclara parda e 9% da população brasileira se autodeclara preta, totalizando 56% da população brasileira, ou seja, a maioria.

A maioria da população que sofre com os impactos ambientais não tem a concepção do significado de injustiça ambiental, mas os resultados são vivenciados cotidianamente e por isso naturalizados. O trabalho socioambiental coletivo com essas populações, juntamente com os movimentos sociais que lutam por justiça social, é uma alternativa na busca por comprometimento e direitos para todos. As mulheres e o cenário de pauperização em que se encontram não ficam fora dessa luta. Como já referido, o processo de exclusão e opressão baseado no gênero é uma categoria histórica que coloca as mulheres em uma situação não só de pobreza material, mas de privação de direitos.

A origem da palavra pobre vem do latim *Pauper* cujo significado original estava atrelado ao que se produz, não ao que se tem. O dicionário Michaelis (2021), por exemplo, também associa ao termo um caráter pejorativo de quem pede esmola, o que remete às mulheres na Inglaterra no século XV que, com a perda dos direitos consuetudinários, devido à implantação do sistema capitalista passaram a pedir esmola e serem perseguidas. Não surpreende que muitas das supostas bruxas fossem mulheres pobres, que sobreviviam pedindo esmola de porta em porta ou viviam dos “impostos para pobres”, como foi chamado o primeiro sistema de bem-estar social introduzido na Inglaterra (FEDERICI, 2019). A pobreza das mulheres na Inglaterra teve atuação direta do Estado a serviço do capital, colocando-as em uma posição de submissão e opressão.

Este cenário de opressão não foi diferente no Brasil. O êxodo rural para os centros urbanos foi significativo após a lei Áurea. Senzalas foram trocadas por cortiços e casas precárias que abrigavam muitas famílias e não possuíam condições adequadas, localizadas em áreas estratégicas centrais com o objetivo de facilitar o deslocamento para o emprego. Com o passar dos tempos, essas áreas ocupadas passaram a ser objeto de especulação imobiliária e as remoções compulsórias levaram as famílias para as margens das cidades. O país, após o período abolicionista, reforçou a subcidadania das mulheres negras, mantidas na invisibilidade, em espaços de subordinação e marginalização também estruturadas pelo sistema e pelas normas estatais. Em outros termos, a objetificação e desumanização da mulher negra não sucumbiram à abolição formal da escravatura.

2.4 O Resultado da Injustiça Ambiental e a Luta das Mulheres

No meio urbano brasileiro, a relação entre a justiça ambiental e a questão racial ganha contornos ainda mais evidentes. Dados do IBGE apontam a desigual condição de saneamento básico, considerando a cor da população e demonstrando que o componente racial está atrelado a situações de injustiças ambientais. Com efeito, é possível concluir que o componente racial é um dos fatores determinantes para as injustiças ambientais, porém, trata-se de uma discussão ainda um tanto incipiente no Brasil (RAMMÊ, 2012).

A questão biológica é um dos parâmetros para inferiorização feminina em relação aos homens, o que já é enraizado e naturalizado na sociedade. A lógica patriarcal leva à desconsideração de qualquer norma ou comportamento não visto como pertencente ao padrão aceitável (homem, heterossexual, cisgênero, branco e cristão), levando as mulheres à exclusão, à opressão e à vulnerabilidade social. O modo de produção baseia-se nesta mesma lógica, o que as coloca em um cenário de desvantagem dupla de exploração: trabalhos não remunerados e atividades laborais mal pagas. A apropriação dos seus corpos para produção ou reprodução, torna-as uma ferramenta social indispensável para a manutenção do sistema. Sistema este que encontra na violência contra as mulheres uma das mais relevantes violações dos direitos, de seu direito mais básico, o da vida.

Qualquer atitude baseada no gênero feminino e que cause qualquer tipo de sofrimento, tanto psíquico como físico em qualquer âmbito (público ou privado) é considerada violência contra mulher. As violências que ocorrem no privado, geralmente são causadas por pessoas do convívio das vítimas e muitos dos casos são mascarados pelos padrões sociais que colocam as mulheres em uma posição inferior. No âmbito público, as mulheres são vítimas de inúmeras violências: violência obstétrica, assédios (moral, sexual, físico e verbal), violência institucional. As mulheres pobres são as que mais sofrem com a violência praticada em âmbito público, sendo muitas dessas praticadas pelas próprias estruturas estatais. A violência contra a mulher é, assim, um fenômeno social que se materializou através das relações de poder de uma sociedade culturalmente patriarcal.

Essa sociedade patriarcal deslegitima as mulheres, condicionando-as à situação de pobreza extrema e, por consequência, leva-as a ocuparem moradias com condições ambientais degradantes, áreas consideradas de risco com pouca ou nenhuma infraestrutura e assistência do poder público:

As elites socioeconômicas são mais capazes de assegurar que seus interesses sejam satisfeitos em primeiro lugar nos conflitos de localização das atividades. Os mais ricos tendem a escapar dos riscos ambientais residindo em áreas mais protegidas, cujo solo tem maior valor. Aos pobres correspondem condições ambientais de existência mais degradadas, por um duplo mecanismo: 1) empurram-se populações de menor renda para áreas de maior risco e menos atendidas por infra-estrutura e 2) situam-se fontes de risco e de grande impacto ecológico em áreas habitadas por grupos sociais menos capazes de se fazer ouvir no espaço público e de se deslocar para fora do círculo de risco (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 78).

Essas áreas na sua grande maioria têm as mulheres como as pessoas responsáveis pelos seus lares e filhos; trata-se de espaços com grandes índices de violência diante das milícias, do crime organizado e inclusive da violência legitimada pelo Estado. A distância dos centros comerciais dificulta a logística dos moradores na busca de emprego, o que agrava a situação de empobrecimento. Além disso, para as mulheres que têm filhos, a distância dificulta o acesso a empregos, porque o sistema escolar estabelece horários que na maioria das vezes não se encaixam com a jornada de trabalho, além do tempo gasto no deslocamento. A falta de vagas também é outro problema enfrentado pelas mães da periferia:

[...] as creches, a sua chance de conseguir vaga diminui consideravelmente, principalmente em regiões com menor número de estabelecimentos. Aquelas mães que, por um motivo ou outro, optam por retornar um pouco mais tarde ao mercado de trabalho podem ter dificuldade em conseguir uma vaga. Porém, quando conseguem matricular suas crianças, o problema a ser enfrentado é o horário, inadequado para quem tem uma jornada de trabalho integral padrão (normalmente das 8 horas às 17 horas ou das 9 horas às 18 horas), tendo em vista que a maioria das creches funciona no horário das 7 horas às 16 horas. Apenas uma das participantes relatou um horário de creche que funcionava 12 horas por dia, das 7 horas às 19 horas. São diversas as estratégias adotadas para adaptar-se aos horários disponíveis. Muitas vezes recorrem a arranjos precários, devido ao horário inadequado das creches (BRUSCHINI; RICOLDI, 2009, p. 22).

A negação de direitos às mulheres, aliada à divisão de trabalho baseada no gênero, é a base das estruturas que levam as mulheres à pobreza. Os cuidados com os filhos naturalizados como de exclusiva responsabilidade feminina, os obstáculos que enfrentam para a garantia de direitos básicos (saúde, educação, cultura, lazer, trabalho e moradia) são algumas das perversidades socialmente estabelecidas que revelam a dimensão política da pobreza. Esses fatores acarretam uma condição de pobreza que perpetua a injustiça ambiental. A pobreza feminina não está só ligada à renda, mas essa condição carrega a herança das injustiças sociais que excluem as mulheres dos espaços de poder e as segregam em condições já pré-determinadas, diferenciadas conforme as especificidades dessas mulheres:

Segundo essa teoria, a experiência da opressão sexista é dada pela posição que ocupamos numa matriz de dominação onde raça gênero e classe social interceptam-se em diferentes pontos. Assim uma mulher negra trabalhadora não é triplamente oprimida ou mais oprimida do que uma mulher branca na mesma classe social, mas experimenta a opressão a partir de um lugar que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual racista e sexista. Raça, gênero, classe social e orientação sexual reconfiguram-se mutuamente formando o que Grant chama de um mosaico que só pode ser entendido em sua multidimensionalidade. De acordo com o ponto de vista feminista, portanto, não existe uma identidade, pois a experiência de ser mulher se dá de forma social e historicamente determinadas. Considero essa formulação particularmente importante não apenas pelo que ela nos ajuda a entender diferentes feminismos, mas pelo que ela permite pensar em termos dos movimentos negro e de mulheres negras no Brasil (RIBEIRO, 2020, p. 70).

Desta forma, a injustiça ambiental é o reflexo das injustiças sociais em que as consequências vividas são oriundas de um processo excludente e perverso. A feminização da pobreza é fruto de uma sociedade patriarcal e capitalista que atrela as mulheres à submissão e exploração de seus corpos, de suas almas e de suas vidas, concretizando a injustiça ambiental. Reverter à situação da pobreza feminina passa por uma reflexão pautada em uma organização justa no que diz respeito ao espaço ambiental coletivo e ao combate às violações de direitos. Destacam-se as opressões de gênero e etnia, muito presentes nos contextos de degradação ambiental no território brasileiro, sempre ressaltando que tais violações de direitos atingem principalmente as mulheres negras (RAMMÊ, 2012).

Neste segundo capítulo que trata do fenômeno da feminização da pobreza e a injustiça ambiental, abordei os aspectos da feminização da pobreza; as questões institucionais que levam as mulheres a estarem na condição de pobreza; o marcador étnico como requisito para a situação de pobreza e o paralelo do fenômeno da feminização da pobreza e da injustiça ambiental.

Este paralelo descreve as questões que envolvem a pesquisa no bairro Cidade de Águeda, localizado na zona oeste da cidade do Rio Grande, área considerada a mais vulnerável economicamente, às margens de uma rodovia e ao lado do antigo aterro sanitário da cidade. É formado por ocupações e projetos habitacionais destinados a famílias de baixa renda, oriundas de remoções e com mulheres responsáveis pelo sustento familiar. Essas mulheres e suas famílias foram realocadas sem o mínimo de estrutura, dificultando ainda mais seu acesso a direitos e à renda, colocando-as em situação de pobreza extrema. O bairro formou-se sem o mínimo de infraestrutura e planejamento como tentativa de solucionar as questões habitacionais e econômicas do município, visto que as áreas de origem dessas famílias foram destinadas a empreendimentos industriais ou portuários em nome do progresso – a ser analisado no próximo capítulo. Dessa forma, a realidade está amplamente associada à temática do trabalho, que aponta a feminização da pobreza como concretização da injustiça ambiental.

OBÁ²³

Logo eu com meu sorriso aberto
E o paraíso perto, pra vida melhorar
Malandro desse tipo
Que balança mais não cai
De qualquer jeito vai
Ficar bem mais legal!
(JOVELINA PÉROLA NEGRA, 1988)



²³ Obá é a orixá simbolizada nas águas revoltas dos rios e pororocas, águas fortes e quedas. Deusa dos redemoinhos junto com Nanã (Orixá mais velha do Panteão Africano) tem o controle do barro e das enchentes. Deusa Guerreira busca o equilíbrio para obter a Justiça.

Capítulo 3. O Bairro Cidade de Águeda e o CRAS: Uma História que se uni.

A imagem e a música que introduzem o capítulo 3 estão diretamente relacionadas ao tema analisado. A escolha pelo orixá Obá, a deusa guerreira, ocorreu, pois ela possui no equilíbrio a sua maior arma, para conquistar a justiça. A estrofe da música “Sorriso aberto” da partideira²⁴ Jovelina Pérola Negra simboliza a força, a coragem dos moradores do loteamento Cidade de Águeda que buscam, há trinta anos, infraestruturas que melhorem sua qualidade de vida no bairro, garantindo assim condições dignas de existência.

Para desenvolver a análise sobre os moradores do bairro Cidade de Águeda que frequentam o CRAS Cidade de Águeda, partiu-se dos relatórios de atendimento do CRAS, da UBSF Dr. Carlos Roberto Riet Vargas e da Vigilância Socioassistencial da Secretaria de Município de Cidadania e Assistência Social. A análise objetivou traçar o número de famílias do bairro, a renda (faixa da extrema pobreza), o gênero e a etnia.

A escolha pelo bairro, sobre o qual foi desenvolvida a pesquisa, decorreu de algumas especificidades como: o grande índice de pobreza monetária dos moradores, os grandes índices de mulheres responsáveis pelo núcleo familiar, a falta de planejamento e estrutura no bairro e por se tratar do primeiro bairro do município a ter um Centro de Referência de Assistência Social, o CRAS.

Este capítulo objetivou narrar a formação do Bairro Cidade de Águeda e apresentar a assistência social no âmbito da proteção social básica a partir dos serviços ofertados no CRAS. Para tanto, está organizado em quatro subseção que discorrem primeiramente sobre a formação do bairro e a luta dos moradores para garantir a infraestrutura mínima para viver no bairro. O trabalho do CRAS também é descrito e realiza uma análise (de renda, gênero e etnia) do público morador do cidade de Águeda atendido no CRAS.

²⁴ Partideira é a mulher que canta partido-alto, um tipo de samba que se iniciou nos primeiros anos do século XX no Rio de Janeiro, inspirado na Umbigada Africana. O partido-alto é o tipo de samba que mais se assemelha ao batuque angolano e do congo.

3.1. O Bairro Cidade de Águeda

Localizado no município mais antigo do estado do Rio Grande do Sul, o loteamento Cidade de Águeda encontra-se geograficamente no extremo oeste da zona urbana rio-grandina, distante 15 quilômetros do centro comercial, na área conhecida como “eixo da pobreza” (conexão entre o centro da cidade e o distrito da Quinta) (ROCHA, 2010).

Figura 7. Localização do município do Rio Grande



Fonte: IBGE, 2022.

O bairro Cidade de Águeda se origina da ocupação que ocorreu em fevereiro de 1993 em uma área que receberia um projeto habitacional, ao lado do último empreendimento entregue no modelo COHAB²⁵ – no município concerne ao bairro COHAB IV – o qual nunca chegou a ser executado.

Esses projetos habitacionais eram financiados pelo Banco Nacional da Habitação (BNH), uma unidade estatal voltada para os financiamentos habitacionais e gestora do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Extinta em 1986, deixou

²⁵ A Companhia de Habitação Popular no Estado do Rio Grande do Sul (COHAB) iniciou suas atividades em 1964. Uma sociedade com recursos público e privado que tinha como objetivo executar o Plano Estadual de Habitação, tencionando dar acesso ao maior número de pessoas (priorizava aqueles com menor renda) a moradias dignas. Foi extinta em 1995.

uma lacuna e uma grande carência no setor habitacional na cidade de Rio Grande, San Martins(2018) escreve sobre esse déficit:

Com a falta de uma política que estabelecesse procedimentos a serem cumprindo tanto na elaboração de processos de planejamento quanto na regulação da aplicação dos instrumentos de gestão do solo urbano, acabou resultando num processo de urbanização marcado pela desordem e pela desigualdade socioespacial (2019, p. 58).

O grande déficit habitacional existente e a especulação imobiliária que levava os aluguéis a valores altíssimos levaram um grupo de pessoas a mobilizar-se no intuito de ocupar essa área do município desabitada. Motivados pelas organizações sociais que tinham com pauta a habitação e já organizavam ocupações no município como a ocupação realizada na Vila Dom Bosquinho em 1989 pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) Utilizando barracas passaram a morar no local “demarcando território” na área que hoje é a Rua Sete do bairro Cidade de Águeda.

No primeiro ano de ocupação, 44 (quarenta e quatro) famílias resistiram em condições severamente adversas, desde a ausência de infraestrutura básica (água, luz, esgoto, transporte), passando por um inverno rigoroso, até as lutas judiciais pela reintegração de posse pelo município (CRAS, 2007). Esse grupo estava na luta por um direito descrito na Constituição Federal, a moradia, contido no artigo 6º como um direito social da população (BRASIL, 1988).

As construções nessa área passaram a ser feitas em forma de mutirão, o abastecimento de água ocorria através de uma torneira coletiva, a iluminação era possível através de ligações ilegais também socializadas por todos. Os moradores dessa ocupação contavam com a coletividade para conseguir sobreviver sem infraestrutura e durante cinco anos foram invisibilizados pelo poder público. Rocha e Martins (2010) escrevem que o bairro viveu até os anos 2000 com o descaso da municipalidade, sem água e sem luz regularizada.

Apenas em 1998 os moradores da área passam a ser visibilizados, a prefeitura elabora o primeiro projeto urbanístico do loteamento com o objetivo de demarcar ruas e terrenos para que as famílias da ocupação fossem reassentadas e com a promessa de uma infraestrutura que garantisse condições mínimas de habitação naquele local, o

que só aconteceu a partir do ano 2000, beneficiando 150 famílias que ocupavam a área (passando ao status de bairro em 2001). Segundo Rocha (2010), o projeto foi considerado um marco da retomada das políticas habitacionais populares que estavam paradas desde a extinção do Banco Nacional Habitacional em 1986. Além disso, tornou-se referência nacional na modalidade cofinanciada, com recursos federais da Caixa Econômica Federal e com recursos municipais. Nesse período, também se iniciou o cadastramento de famílias com renda de até dois salários, que totalizou cerca de cinco mil inscrições para os programas habitacionais na cidade, incluindo o Cidade de Águeda (CRAS, 2007).

A construção de moradias populares no bairro começa em 2003 após dezoito anos sem investimento na cidade para moradias sociais. Até 2021 o loteamento foi cenário de quatro projetos habitacionais diferentes, criando uma divisão no bairro, derivada das motivações dos moradores em estar residindo no loteamento Cidade de Águeda. Os habitantes do lado direito da avenida principal são os moradores que foram de maneira espontânea (ocupações irregulares ou inscrição em projetos habitacionais); eles escolheram viver na área, o que torna harmoniosa a convivência. Aqueles do lado esquerdo são oriundos das remoções, não escolheram o bairro, o que sempre gerou conflitos e descontentamento desde as remoções, as quais, segundo Barbosa, não ocorreram de forma pacífica:

A remoção das moradias não ocorreu de forma tranquila, houve manifestações contra a remoção, a distância da Cidade Águeda em relação ao centro da cidade, onde muitas das pessoas removidas trabalhavam, era o motivo de se negarem a sair. Outro ponto que incomodou as famílias removidas diz respeito às condições encontradas na Cidade Águeda (2021, p. 81).

Figura 8. Imagem Aérea da Fundação da Construção Do Loteamento Cidade de Águeda II



Fonte: PMRG, 2019.

Desse modo, o bairro possui moradores oriundos de três processos diferentes, criando uma grande dificuldade referente à coletividade. Isso se agravou ainda em razão do crime organizado, que também dividiu o bairro em duas partes: direita e esquerda.

As primeiras 210 moradias entregues pelo Programa de Subsídio Habitacional (PSH) tinham como público prioritário famílias de baixa renda e mulheres responsáveis pelo sustento familiar. No entanto, as casas, desde a entrega, já apresentavam problemas estruturais, rachaduras, falta de isolamento acústico, infiltrações e esgoto. Os moradores nunca foram ouvidos quanto a esses problemas. A Prefeitura e a Caixa Econômica Federal não se responsabilizaram por esses consertos após a entrega, ficando o prejuízo para os moradores. O bairro não planejado não tinha estrutura para receber essas famílias: não havia escola, posto de saúde, circulação de transporte coletivo ou segurança.

A ocupação do bairro Cidade de Águeda retoma a formação das primeiras ocupações irregulares (favelas) como descrito no capítulo anterior. Nos primeiros anos da República, após a abolição, estes espaços – as novas senzalas – marcam a população negra com a herança estrutural da segregação e com o distanciamento dos centros comerciais em uma tentativa de apagar os moradores da sociedade.

Com frequência os moradores saíam para trabalhar pela manhã e, quando voltavam à noite, encontravam suas casas saqueadas. Este cenário dificultou bastante a permanência das famílias no novo bairro. Essa falta de planejamento também causou dificuldades nos bairros do entorno do loteamento Cidade de Águeda, que tiveram que

absorver a demanda dos vizinhos, tornando ainda mais precário os serviços disponibilizados naquela região (CRAS, 2007).

No segundo projeto habitacional, Programa Morar Melhor I (PMM I), foram entregues 179 casas as quais tinham dois públicos prioritários: (1) as famílias que residiam em áreas irregulares, localizadas geograficamente perto do centro comercial de Rio Grande, seja porque se tratava de uma área considerada de risco, seja porque era uma área destinada à ampliação portuária; (2) moradores de áreas que o município já havia sido reintegrado da posse judicialmente (essa configuração de moradia era considerada como invasão irregular). Neste último caso tratava-se de relocação de famílias com grande vulnerabilidade social, removidas de bairros como: Dom Bosquinho²⁶, Santa Tereza²⁷, Junção²⁸ e São Miguel²⁹ (CRAS, 2007).

Como relatado anteriormente, esse deslocamento para o bairro Cidade de Águeda não foi voluntário, pelo contrário, tratou-se de uma relocação forçada pelo Poder Público. Esta informação é um elemento que contribui para a compreensão da falta de pertencimento ao lugar que ainda hoje se percebe no bairro. Segundo Relph (2014), lar é onde temos as nossas raízes mais profundas, onde todos nos conhecem e conhecemos os outros, enfim onde sentimos que pertencemos. A ideia de lar e de pertencimento é muito ampla, pois o “existir é ter um lugar” (RELPH, 2014, p25) e a ideia de lar é ampla: o planeta, o país, a cidade, o bairro, a rua podem ser o lar. A impessoalidade com que foram feitas essas remoções, isto é, sem um trabalho socioambiental, fez com que o mudar-se para o Cidade de Águeda fosse uma punição. A situação de vulnerabilidade e o descaso do poder público só legitimou esse sentimento para os moradores e para a cidade em geral que não vê o local como um lugar bom para se viver (CRAS, 2009).

O terceiro projeto habitacional, Programa Carta de Crédito (PCC), estendeu-se por mais tempo no que se refere à construção e entrega das casas, devido a problemas

²⁶ Vila Dom Bosquinho, localizada nas margens do saco da Mangueira, na continuação da rua Major Carlos Pinto (Canalete).

²⁷ Santa Tereza localiza-se na zona leste, às margens do canal da Lagoa dos Patos, ao lado da BR 392 e faz divisa com o Porto Novo e com o bairro Getúlio Vargas.

²⁸ O bairro Junção está localizado no meio do perímetro urbano do Município de Rio Grande.

²⁹ O bairro São Miguel localiza-se na zona oeste do município, faz divisa com os bairros Junção e São João e fica às margens da Lagoa dos Patos.

com a construtora que abandonou o projeto. Em 2008, foram entregues apenas 16 casas prontas; quanto às demais, 161 estavam na fundação e 93 nos painéis e na fundação. Na oportunidade, a construtora alegou que devido ao valor muito baixo licitado foi obrigada a parar a obra e pedir a falência. Esse projeto era destinado às famílias inscritas em programas habitacionais e terminou em 2012 com a entrega das noventa e três casas, terminadas por outra construtora. Duas áreas centrais do bairro permaneciam apenas na fundação.

Neste período, o bairro já apresentava alguma infraestrutura: Escola, Unidade Básica de Saúde, Centro de Referência de Assistência Social, mas ainda persistiam problemas relacionados a áreas de lazer, segurança, acesso e mobilidade no bairro, gerando vulnerabilidade econômica.

Em 2013 ocorreu uma nova ocupação irregular no bairro: localizada no final da Rua Aldo Dapuzzo (antiga Rua Cinco), estendendo-se até as imediações da estrada BR 392. Esta ocupação ainda se encontra na espera da regularização e os moradores ainda não têm acesso à água encanada e à energia elétrica.

Em 2021, o último projeto habitacional Cidade de Águeda II entrega 158 casas em uma área central do bairro que havia sido abandonada em sua fundação. Essas moradias foram destinadas também às famílias oriundas de ocupações irregulares, especificamente moradores da vila Maria dos Anjos³⁰, e às famílias inscritas no programa habitacional do município.

Essas novas moradias apresentaram estrutura arquitetônica diferente das entregues anteriormente, havia casas térreas e de dois andares. Essa diferença nas construções causou um descontentamento muito grande nos antigos moradores do bairro. Entretanto, o Poder Público não promoveu nenhuma alteração ou melhoramento nas casas já existentes. O loteamento Cidade de Águeda II, como foi

³⁰ O Bairro Maria dos Anjos é uma ocupação irregular que inicia se nos anos 90 na área do antigo aterro sanitário da cidade em 2017 quando foi feito levantamento dos moradores do bairro haviam 70 famílias morando em condições precária sem acesso água encanada e saneamento básico (CRAS, 2017). ³¹ Fala de Thiago Ribeiro, morador do bairro.

batizado, também teve problemas quando foi entregue no que se refere às questões básicas de estrutura que não foram realizadas. Em reportagem de abril de 2021, para assessoria da Câmara Municipal de Vereadores, os moradores reclamavam da falta de luz, água e falta de segurança: “Muitos vieram para essas casas porque elas estavam sendo invadidas e saqueadas e precisamos cuidar do que é nosso por direito depois de esperar tanto tempo para ter a casa própria”³¹ (AICMV, 2021). Deve-se registrar também que a questão da segurança ainda é um problema no bairro, assim como o transporte coletivo que continua prestando um serviço deficitário.

3.2 Os Serviços Públicos no Bairro: Uma Conquista da Comunidade

O bairro Cidade de Águeda possui três dispositivos públicos na Avenida Antônio Uslengue Dante Dapuzzo (antiga rua E e sua principal avenida atualmente): a Unidade Básica de Saúde localizada no início da avenida; a Escola de Educação Infantil e Fundamental Prof.^a Zelly Pereira Esmeraldo e o Centro de Referência de Assistência Social, um do lado do outro no final da avenida. Esses serviços foram inaugurados em tempos diferentes já com bairro ocupado através de muitas lutas e mobilizações da comunidade que reivindicavam essas políticas públicas para atender os moradores.

A UBSF Dr. Carlos Roberto Riet Vargas foi inaugurada no final do ano de 2007, com intuito de atender a comunidade no bairro. Priorizando a prevenção e a atenção a saúde primária, a UBSF é composta por duas equipes multidisciplinares compostas por médicos, enfermeiros, dentistas, técnicos de enfermagem, auxiliar bucal, auxiliar de enfermagem e agente comunitárias de saúde. Essas equipes atendem, além do bairro Cidade Águeda, mais dois bairros; COHAB IV e Condomínio Marcelino Champagnat com foco na promoção e recuperação da saúde dos moradores. As UBSF possuem um Conselho Gestor formado pelos usuários e funcionários, atuando como interlocutor da realidade e do serviço. Na Unidade Básica de Saúde da Família Riet Vargas, esse Conselho representa e discute também as outras demandas do bairro junto aos órgãos responsáveis, pois existe o entendimento de que a promoção de saúde decorre de um lugar saudável de se viver. O Conselho Gestor de Saúde é uma porta voz da comunidade, o que possibilita uma melhor qualidade de vida aos moradores (CRAS 2019).

A Escola de Ensino Fundamental Prof.^a Zelly Pereira Esmeraldo, criada através do decreto municipal nº. 8510 de 18 de maio de 2004, começou suas atividades em junho de 2004 através de muita luta da comunidade que até então tinha que se deslocar para outros bairros para que seus filhos pudessem estudar. A escola começa atendendo as crianças nas séries iniciais (1º ao 4º ano) devido à limitada estrutura física do prédio. Em 2005, a escola já contava com 133 alunos moradores da localidade matriculados (CRAS, 2007). A partir de 2008, após a ampliação do prédio, passa a atender gradativamente os anos finais do ensino fundamental formando sua primeira turma em 2012. Atualmente muito dos anseios da comunidade referente à educação foram contemplados, visto que a escola atende Educação Infantil durante o dia e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no turno da noite, o que facilitou o acesso à educação para todos. Além disso, contempla a segurança dos moradores que optam pela EJA posto que não precisam mais procurar o acesso à educação nos bairros adjacentes.

O Centro de Referência de Assistência Social Cidade de Águeda iniciou suas atividades no bairro em setembro de 2006 com visitas domiciliares de sua equipe aos moradores com intuito de apresentar o novo serviço e os profissionais que iriam atuar na comunidade. A inauguração do CRAS ocorreu em novembro de 2006 a fim de atender as famílias de maneira descentralizada como preconiza o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Figura 9. Logomarca do CRAS Cidade De Águeda



Fonte: CRAS Cidade de Águeda.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) organiza as políticas públicas de assistência social em três proteções: a primeira, Proteção Básica, responsável pela prevenção e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; a segunda, Proteção Social Especial, que se destina a atender indivíduos com seus direitos já violados; e a terceira, Proteção de Alta Complexidade, preocupada com o atendimento de indivíduos com os vínculos familiares já rompidos, ofertando segurança e acolhimento.

Os Centros de Referência de Assistência Social estão no âmbito da Proteção Básica dentro da organização do SUAS, que, por sua vez, possui como objetivo prevenir situações de vulnerabilidade ou risco social nas áreas de abrangência. Trata-se de um local de concretização das garantias dos direitos socioassistenciais nos territórios, materializando a política de assistência social de maneira descentralizada e universal.

Nos CRAS é onde entra toda a demanda da política de assistência situada em território onde os índices de vulnerabilidade social são altos. O serviço tem o papel de promover articulações junto à rede socioassistencial e por meio de outras políticas, garantindo o acesso da população atendida, tornando-se uma referência para as comunidades atendidas. A equipe do CRAS deve ser formada por uma equipe multidisciplinar obrigatoriamente composta por: assistente social, auxiliar administrativo, auxiliar de serviço gerais, coordenador, educadores sociais, psicólogos e outros profissionais do SUAS que podem compor as equipes.

No CRAS são executados programas e serviços, o principal é o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). Esse programa é executado exclusivamente nos Centros de Referência com as famílias em um caráter social, com o objetivo de fortalecer os vínculos familiares e a função protetiva das famílias. O PAIF potencializa as famílias, prevenindo rupturas e auxiliando na superação de situações de fragilidade social com ações que desenvolvam a lógica do protagonismo dessas famílias. O PAIF materializa, portanto, a presença do Estado, como afirma o caderno de orientações técnicas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome I:

Nessa direção, o PAIF concretiza a presença e responsabilidade do poder público e reafirma a perspectiva dos direitos sociais, constituindo-se em um dos principais serviços que compõem a rede de proteção social de assistência social, que vem se consolidando no país de modo descentralizado e universalizado, permitindo o

enfrentamento da pobreza, da fome e da desigualdade, assim como, a redução da incidência de riscos e vulnerabilidades sociais que afetam famílias e seus membros (BRASIL, 2012, p. 10).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV) também ocorre nos CRAS ou em locais referenciados ao serviço na área de abrangência do Centro de Referência, de maneira complementar ao trabalho realizado no Programa de Atenção Integral às Famílias. Promovido em grupo, utiliza-se de atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, para uma intervenção social que visa uma reflexão sobre a realidade vivenciada pelos participantes dos grupos. O público desses grupos é organizado por faixa etária ou intergeracional e concerne a sujeitos que estejam com alguma situação de fragilidade social, prioritariamente: trabalho infantil, egresso de medida socioeducativa, pessoas com deficiência, adolescentes e crianças fora da escola, idosos sem amparo familiar ou comunitário e outras situações de pessoas inscritas no Cadastro Único (CadÚnico). As ações desenvolvidas no SCFV são progressivas e planejadas de forma coletiva com a participação dos técnicos dos serviços e dos usuários:

As vivências oportunizadas pelo Serviço auxiliam no desenvolvimento de competências para diferentes dimensões da vida: na aquisição de repertórios de comunicação mais efetivos, no desenvolvimento de relações de afetividade emancipadoras; na valorização da cultura local e dos conhecimentos tradicionais da comunidade; na socialização e no sentimento de pertença; na construção de projetos de vida; na participação social, entre outros (BRASIL, 2022, p. 19).

O CRAS também é responsável pela concessão de benefício eventual, política pública instaurada na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), voltada ao amparo social, visando à superação de vulnerabilidades temporárias. Esses benefícios são pecuniários ou em forma de serviços que visam garantir a sobrevivência, acolhida dos indivíduos que encontram-se impossibilitados de “arcar, por conta própria, com o enfrentamento de situações de vulnerabilidade decorrentes ou agravadas por contingências que causam danos, perdas e riscos, desprotegendo e fragilizando a manutenção e o convívio entre as pessoas” (BRASIL, 2018):

Art. 22. Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. (BRASIL, 1993).

A inserção ao Cadastro Único Federal também é feita nos Centros de Referências de Assistência Social. Esse cadastro serve para avaliação e inserção dos indivíduos nos programas sociais do Governo Federal. O público do cadastro são famílias que possuem renda familiar per capita de até meio salário-mínimo ou que estejam inseridas, ou pleiteando a entrada, em algum programa que utilize os dados do Cadastro Único mesmo que a renda seja maior do que a exigida.

O Programa Criança Feliz³¹ é um programa referenciado ao CRAS, destinado a atender gestantes e crianças por meio de visitas domiciliares com profissionais que buscam, através de atividades lúdicas, o fortalecimento dos vínculos familiares, comunitários e a estimulação do desenvolvimento da criança. O público-alvo do Programa Criança Feliz são: gestantes e crianças de até três anos de idade (36 meses) com famílias inseridas no Cadastro Único; crianças de até seis anos beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou afastadas do convívio familiar como medida de proteção.

O acompanhamento aos beneficiários dos programas Auxílio Brasil e Benefício de Prestação Continuada (BPC) é realizado pelo CRAS, que busca identificar e acompanhar as famílias beneficiadas no território de abrangência, além da busca aos que ainda não estão inseridos, mas que possuem os critérios para os programas. Os dois benefícios possuem condicionalidades para a participação deles, no caso do Auxílio Brasil, ligadas à educação, saúde e assistência social; no caso do BPC, são condicionalidades ligadas à assistência social.

O público prioritário dos Centros de Referência de Assistência Social são os beneficiários dos programas Auxílio Brasil e Benefício de Prestação Continuada, visto que se trata majoritariamente de famílias em situação de vulnerabilidade econômica. Os critérios para recebimento do Auxílio Brasil são: ter renda declarada no Cadastro

³¹ Instituído através do Decreto Federal nº. 8.869 de 05 de outubro de 2016 institui o programa que trata do Marco Legal da Primeira Infância.

Único; per capita familiar de valor inferior a R\$105,00; e famílias consideradas em extrema pobreza, que podem passar a receber PAB mesmo sem crianças, adolescentes ou gestantes na composição familiar. No caso de as famílias com rendimento per capita entre R\$105,00 até R\$210,00, poderão entrar no PAB desde que a composição familiar contenha crianças, adolescentes ou gestantes.

A renda do Programa de Benefício de Prestação Continuada é de um quarto (1/4) do salário-mínimo de renda per capita. Essas famílias estão todas na base do Cadastro Único onde as responsáveis familiares são preferencialmente as mulheres, tornando o público feminino o prioritário nos serviços do CRAS. Este deve buscar estratégias em conjunto com essas famílias para a superação da pobreza e a busca de seu protagonismo.

O estudo de Novellino (2004), que vincula o aumento da pobreza feminina à unilateralidade da responsabilidade da subsistência do lar, encontra no CRAS os argumentos que confirmam o conceito de que a pobreza é agravada a partir das condições descritas.

3.3. O CRAS Cidade de Águeda e a Garantia de Direitos na Zona Oeste da Cidade de Rio Grande - RS

O Centro de Referência de Assistência Social Cidade de Águeda, o primeiro do município de Rio Grande, foi cofinanciado com recursos oriundos do Governo Federal e do município. Iniciou suas atividades no bairro em setembro de 2006 com o mapeamento do bairro através de visitas domiciliares. As atividades internas iniciaram-se em novembro daquele ano, quando foi inaugurada a instalação física do Centro de Referência. Espaço esse que era composto por duas salas de atendimento individual, uma recepção, uma cozinha, dois banheiros e um salão com capacidade para, no máximo, 30 pessoas.

Sua equipe inicial foi formada por três assistentes sociais, uma psicóloga e uma estagiária do serviço social que tinham como principal missão vincular e apresentar o serviço descentralizado da assistência social para as famílias moradoras do loteamento Cidade de Águeda e dos arredores. Nesse primeiro momento predominava ainda a

visão assistencialista da assistência social e não a perspectiva de política pública de direito.

Figura 10. Parte da primeira equipe do CRAS Águeda



Fonte: CRAS Cidade de Águeda.

Figura 11. Primeiro aniversário do CRAS Cidade de Águeda



Fonte: CRAS Cidade de Águeda.

No decorrer dos anos outros profissionais passaram a fazer parte do quadro funcional do CRAS: educadores sociais, auxiliares administrativos, educadores físicos e instrutores de oficina. Com uma carga horária de 40 horas semanais, os serviços ofertados nos primeiros anos tiveram como principal objetivo reconhecer o território e fortalecer os vínculos com a comunidade: Ações externas, visitas domiciliares da equipe às residências, aos serviços (escolas, unidades de saúde), aos templos religiosos, às lideranças do bairro e a associações de bairro, além de ações comunitárias foram realizados nos primeiros anos.

Os profissionais que inicialmente atuaram criaram de modo rápido vínculo com a comunidade, muito disso pelas visitas domiciliares realizadas antes da inauguração do prédio. Esses vínculos e conhecimento do território baseado no tratamento dialógico e no respeito para com as famílias, fez com que o CRAS não apenas fosse reconhecido como um serviço de referência, mas também motivo de orgulho da comunidade (CRAS, 2007, p. 10).

Além disso, disponibilizou-se o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV), responsável em parte pela consolidação do serviço na zona oeste. No CRAS Águeda os grupos do SCFV sempre foram ofertados para todos os públicos, mas as maiores adesões ocorreram com os públicos de crianças, adolescentes e terceira idade.

Figura 12. Grupo de Convivência e Fortalecimento de vínculo de 9 até 12 anos em 2007



Fonte: CRAS Cidade de Águeda.

O público adolescente sempre procurou os serviços ofertados para sua faixa etária nesses quinze anos de atuação no bairro, primeiramente, com o projeto Agente Jovem, destinado a atender adolescente de 15 até 17 anos preferencialmente no perfil de vulnerabilidade social agravado pela condição: de evasão escolar, trabalho infantil, exploração sexual, deficiência e pobreza extrema. As atividades ofertadas visavam o retorno ou a permanência desses jovens na escola, a preparação para o mundo do

trabalho e ações comunitárias. Durante doze meses esses jovens recebiam uma bolsa no valor de R\$65,00. De 2009 até 2014, o programa Projovem adolescente substituiu o Agente Jovem com o mesmo público-alvo, com o objetivo de fortalecer os vínculos familiares e comunitários através de atividades que despertam a convivência social e a participação cidadã pautada na transversalidade. “Os temas são abordados de maneira que a realidade vivenciada seja compreendida e transformada” (CRAS, 2012), oferta-se atividades que, como analisado no primeiro capítulo, constituem-se como “uma práxis educativa que tem como finalidade a construção de valores, conceitos habilidades e atitudes capazes de possibilitar o entendimento da realidade da vida” (LOUREIRO, 2002, p. 69).

As oficinas ligadas ao esporte sempre foram um grande diferencial no atendimento às crianças e aos adolescentes. Muito procuradas, as oficinas de Taekwondo e Futebol levaram esses meninos e essas meninas a disputar campeonatos interestaduais.

Figura 13. Projovem Adolescente Visita ao Parlamento



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 14. Oficinas de Futebol e Taekwondo



Fonte: Acervo pessoal.

O grupo da terceira idade “Laços de Amizade” iniciou-se em 2008 e permanece até hoje. Um grupo com adesão prioritariamente feminina que tem como objetivo a convivência e a interação dos idosos na comunidade e com a família. Reúne-se há 14 anos, nas sextas-feiras às tardes, com encontros direcionados e organizados pela equipe do serviço. As atividades são voltadas à valorização e ao respeito do envelhecer, estimulando o próprio idoso a refletir sobre a valorização da sabedoria do mais velho como referência para a transformação da realidade (CRAS, 2013).

Figura 15. Atividades do Grupo Laços de Amizade



Fonte: Acervo pessoal.

O acesso à inclusão e a atualização do Cadastro Único ocorria no CRAS Cidade de Águeda, nos primeiros anos da implantação do serviço, de maneira pontual nas ações comunitárias. Com o aumento da procura e a grande dificuldade de acesso ao centro da cidade, o Cadastro Único passou a ser oferecido semanalmente e em setembro de 2018 todos os serviços ofertados pela assistência social do município passaram a ser 100% descentralizados com a cobertura total da proteção básica. O acesso ao CadÚnico passou a ser diário na estrutura física do CRAS e semanal e quinzenalmente em outras localidades da área de abrangência.

Nos quinze anos de implantação, a área de referência do serviço aumentou significativamente: oito bairros no perímetro urbano, dentre os quais o bairro Parque Marinha, o maior bairro da cidade com mais de 20 mil habitantes; e a zona rural e ilhas do município que, desde 2012, são atendidas por uma equipe volante do CRAS Águeda, constituída minimamente por um profissional da assistência social, um da psicologia e dois educadores sociais. As equipes volantes foram criadas a partir da portaria 303/2011 do MDS, que as cofinancia com recursos da União, com o objetivo de atender, acompanhar e principalmente buscar ativamente famílias invisibilizadas pelo poder público, em situação de extrema vulnerabilidade social, que residam em locais de difícil acesso. Além disso, objetivam também acompanhar as demandas dos povos tradicionais³² existentes no território (CRAS, 2013).

³² Art. 3º, I. Povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007). O CRAS Águeda através da equipe volante atende a Comunidade dos Remanescentes Quilombola Macanudo e a Aldeia Indígena Guarani Parokê.

Figura 16. Atividades da equipe volante junto aos Povos Tradicionais do Território



Fonte: Acervo pessoal.

Apesar do aumento da abrangência, os vínculos da comunidade do bairro com o CRAS – Cidade de Águeda se mantêm fortes, sendo que as histórias do bairro e do CRAS se imbricam em vários trabalhos acadêmicos que contam a formação do bairro. Além disso, a instalação do serviço na localidade rompeu com uma visão reducionista, estereotipada e preconceituosa de que o local é ruim e perigoso. A importância do CRAS – Cidade de Águeda para a comunidade pode ser exemplificada pela escolha popular do bairro para que fosse o local para a realização de um curso de Cidadania e Direito, organizado pelos próprios moradores (CRAS, 2019). Essa articulação mostra não só a importância do serviço dentro da comunidade, mas os vínculos de confiança e credibilidade do serviço.

Figura 17. Curso de Cidadania e Direito



Fonte: Acervo pessoal.

Em março de 2020, a pandemia do COVID-19 se difunde no Brasil e escancara ainda mais o abismo social: uns com muitos e a grande maioria sem nada. Nesse cenário emergencial, os Centros de Referências de Assistência Social protagonizam o seu papel na garantia dos direitos assegurados na Constituição de 1988. A assistência social e a saúde foram e são essenciais no enfrentamento da pandemia que levou milhões de pessoas à extrema pobreza e milhares, infelizmente, à morte. Sato descreve os efeitos da pandemia nas populações mais pobres:

Devido à desigualdade social que a pandemia agora escancara, vemos as condições socioeconômicas gerarem maior vulnerabilidade em saúde, boa parte dessas comorbidades é ligada a questões sociais, como a falta de saneamento básico e agravada pelas desigualdades raciais, como condições precárias de moradia, ou alimentação inadequada (SATO, 2020, p. 73).

O CRAS Águeda em 2020 centralizou suas atividades na sede e suspendeu os atendimentos coletivos. O trabalho foi inovador e a equipe precisou se adaptar ao momento vivido para que a população continuasse sendo assistida nas demandas que, devido ao cenário, só aumentaram. As consequências das injustiças ambientais, como pontuado no capítulo anterior, têm as suas principais vítimas nas comunidades periféricas onde se materializa o significado do termo injustiça ambiental. Na pandemia, a fome foi o principal fator de desigualdade social sentido pela comunidade atendida no CRAS. O trabalho informal, associado ao fechamento das escolas, aumentou a vulnerabilidade social dos usuários e a busca por alimento foi a maior demanda do serviço. O Benefício Eventual de segurança alimentar foi concedido em caráter de calamidade pública: foram concedidas 6.313 sacolas de alimentos no ano de 2020 e

uma média de 1190 atendimentos mensais (CRAS, 2020). O poder executivo nas três esferas: municipal, estadual e federal criou ações socioassistenciais de enfrentamento à pandemia e muitas dessa passavam pelos espaços do CRAS, o que facilitou o acesso dos mais vulneráveis ao benefício, uma vez que nesse espaço se conhece e se reconhece as vulnerabilidades.

O não fechar de portas na pandemia trouxe um novo viés para os serviços ofertados no CRAS, esses já não eram para o mais pobre, mas para todos que tinham sua cidadania e acesso a direitos e políticas sociais negados. Essa atuação está respaldada em um dentre os vários princípios da assistência social: “Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito aos benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade” (BRASIL, 1993)³³.

3.4 Uma Análise de Gênero, Etnia e Classe dos Usuários do Serviço

Em sua grande maioria, quem acessa e opera os serviços assistenciais são as mulheres mais pobres, segundo dados publicados na Síntese dos Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira em 2021, produzido pelo IBGE, aponta que 12 milhões de pessoas (5,7% da população) vive com renda inferior a R\$155,00 (per capita) e 7,3 milhões de pessoas (3,5% da população) vive com renda inferior a R\$ 89,00. Considerando esse cenário, a pesquisa aponta a incidência maior de pobreza e de extrema pobreza nas mulheres. A busca dessas mulheres por encaminhamentos e orientações, dadas pelos profissionais que atuam no CRAS, auxiliam-nas na luta pela sobrevivência e na superação das desigualdades, o que está muito além da renda. “Em síntese, a desigualdade não se manifesta apenas em termos econômicos de distribuição de renda. Existe também uma dimensão ambiental na desigualdade, ainda por ganhar visibilidade pública e reconhecimento político” (LAYRARGUES, 2017, p. 8).

³³ Artigo 4º, III, da Lei n. 8742/93.

Os profissionais que atuam através dessas políticas também, na grande maioria, são mulheres. Nos quinze anos de implantação do SUAS na zona oeste rio-grandina, 90% dos trabalhadores foram e são mulheres que, assim como o público atendido, são imperceptíveis perante os gestores e lutam pelo reconhecimento e valorização da política socioassistencial. Essas mulheres lutam diariamente para garantir os direitos da população que atendem e lidam diariamente com a precarização do serviço (falta de profissionais, de recursos e insegurança), impossibilitando muitas vezes as ações planejadas pela equipe. Este grupo de trabalho conta com o comprometimento e com a dedicação dos profissionais que acreditam no diferencial do serviço na busca por justiça social.

Os sujeitos que utilizam a política de assistência social, em sua grande maioria, são aqueles negligenciados pelo Estado em seus direitos básicos, previstos na Constituição de 1988. Esses indivíduos encontram na política assistencial um caminho para garantir a cidadania em um cenário que o Poder Público cobra deveres da população, mas silencia sua obrigação de garantir o bem-estar da coletividade. Com recursos escassos e não sendo vista como prioridade, a política assistencial não possui teto de gasto garantido e, geralmente, é historicamente a primeira área a sofrer cortes, o que foi observado na maioria das conclusões dos relatórios do CRAS Cidade Águeda:

O resultado do trabalho desenvolvido no ano de 2012 em geral foi satisfatório, no entanto os recursos financeiros utilizados, para compra de matérias e lanches utilizados nos GSCFV, financiamento de viagens, manutenção do prédio e mobiliário dificultou a execução das atividades planejadas e enviada a gestão em dezembro de 2011 causando insatisfação na equipe e usuários (CRAS, 2012).

A história da assistência social no Brasil sempre esteve atrelada à pobreza, com ações de cunho religioso ligadas à caridade e solidariedade nos primeiros séculos da colonização – uma vez que as pessoas negras ainda eram escravizadas e mercantilizadas, poucas eram consideradas merecedoras das benesses da filantropia. Isso muda drasticamente com a entrada do país ao modelo de produção capitalista, resultando na abolição da escravatura em 1888 e na chegada dos imigrantes europeus. Uma série de medidas para o enfrentamento da pobreza no Brasil é pensada, impulsionada pelo surgimento acelerado das favelas nas grandes cidades.

As aglomerações de pessoas em vulnerabilidade social em áreas próximas aos centros urbanos passam a preocupar os mais abastados que vislumbram nos mais pobres uma ameaça às suas fortunas geradas pela exploração desses e um perigo à sua segurança. A assistência social como política pública é algo novo, mas com bases fundamentadas na caridade, como afirma Barbosa:

A assistência social brasileira foi, assim, organizada por meio de uma série de ações ao longo dos anos no enfrentamento à pobreza crescente, questão que foi deliberadamente atribuída à filantropia, conduzida por setores das classes mais privilegiadas que destinaram recursos para cuidar da classe trabalhadora e dos mais pobres. A institucionalização da assistência social por órgãos públicos controlados pelo Estado faz parte de uma história mais recente, pois a assistência, das mais variadas formas, foi conduzida por ações de homens e mulheres ligados à caridade e filantropia. Muitas dessas ações foram depois incorporadas pelo Estado e passaram a fazer parte das políticas sociais vigentes no Brasil, sendo que algumas formas de organização das instituições mantidas pela caridade e pela filantropia serviram de modelo para as instituições públicas de assistência social (2017, p. 27).

Os relatórios anuais do CRAS Cidade de Águeda descrevem o mesmo público do começo do século XX: mulheres, pobres, responsáveis pelo sustento dos filhos, moradoras de locais com grande vulnerabilidade social. As orientações técnicas e as normativas descrevem uma política, segundo Jaccoud, Bichir e Mesquita, que não se restringem à situação econômica:

A construção normativa do SUAS recusou uma perspectiva restritiva de gestão da pobreza. Na atenção básica, a regulação da expansão da oferta pública de serviços volta-se às vulnerabilidades do ciclo de vida, de arranjos familiares, de deficiências ou de falta de acesso a direitos e oportunidades. Na atenção especial, direciona-se à proteção de situações relacionadas à violência, abandono e isolamento, além de contextos de violação de direitos — entre outros, trabalho infantil, exploração sexual ou situação de rua. Essas vulnerabilidades, por não serem identificadas com a situação de pobreza, mas sendo por ela agravadas, devem ser objeto de serviços públicos de escopo universal. Assim, e como deixa claro a PNAS, a assistência social opera com benefícios monetários voltados a situações de pobreza, mas seus serviços não são dirigidos restritivamente para a população identificada ou classificada como pobre. Reconhecendo que a pobreza e seus agravos fazem parte de um conjunto de vulnerabilidades, a oferta de serviços dialoga com a perspectiva da universalidade de direitos e do enfrentamento de situações que podem atingir a todos. (2017, p. 42.).

A realidade da execução das ações prevista no SUAS descritas nos relatórios do CRAS e a teoria apresentada nas normativas e orientações para execução do serviço se contrapõem. Isso ocorre por mais que o SUAS enfatize que os profissionais

que atuam nos serviços devem fomentar o protagonismo dos sujeitos atendidos, para que estes consigam superar a situação de vulnerabilidade:

a) o desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício do protagonismo, da cidadania; b) a conquista de melhores graus de liberdade, respeito à dignidade humana, protagonismo e certeza de proteção social para o cidadão e a cidadã, a família e a sociedade; c) conquista de maior grau de independência pessoal e qualidade, nos laços sociais, para os cidadãos e as cidadãs sob contingências e vicissitudes (BRASIL, 2012 B, p. 17).

Os serviços executados no CRAS priorizam o princípio da igualdade e universalidade nos atendimentos às famílias acompanhadas pelo Programa de Atenção Integral à Família (BRASIL, 2012). O PAIF é o principal programa do CRAS, voltado às famílias em situação de vulnerabilidade social³⁴ que são prioridade nos atendimentos. As orientações técnicas descrevem as vulnerabilidades decorrentes de gênero, etnia, renda, deficiências, entre outros marcadores. No que se refere ao gênero, esses apontamentos não são definidos de maneira evidente. Castro e Mattos descrevem a definição de gênero no caderno de orientação da seguinte forma:

[...] gênero está sendo usado como característica identitária, ou seja, como a pessoa se percebe e se apresenta em relação às categorias 'homem' e 'mulher'. Na prática, como estamos falando de um serviço voltado para as famílias, essa percepção estará intimamente relacionada com a construção da identificação de mãe/pai, marido/esposa e as atribuições socialmente relacionadas a elas (2019, p. 3).

As questões relativas às vulnerabilidades sociais oriundas da etnia como prioridade são veiculadas pelo documento em “Famílias ou indivíduos com vivência de discriminação étnico-raciais - Famílias pertencentes aos povos e comunidades tradicionais” (BRASIL, 2012). De modo geral o caderno de orientação minimiza o problema racial do país. Andrade e Pereira, em sua pesquisa, apontam a invisibilidade étnica nos CRAS:

³⁴ As vulnerabilidades descritas nos cadernos de orientações do serviço do CRAS são determinadas a partir de um conceito bem abrangente de vulnerabilidade social. O PNAS 2004 aponta as seguintes causas: pobreza, privação, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos, intempérie ou calamidade, fragilização de vínculos afetivos e de pertencimento social, decorrentes de discriminações etárias, étnicas, de gênero, relacionadas à sexualidade ou a deficiências

Já com relação à discussão sobre a questão racial, percebe-se uma clara diferença quando se analisa o gênero e o perfil cor/raça por parte das entrevistadas: como já relatado, não há dificuldade em reconhecer que são as mulheres que frequentam o CRAS. No entanto, nem profissionais nem usuárias (que se autodeclararam negras, em sua maioria) têm conseguido enxergar que se trata de mulheres negras. Isto decorre de uma tendência, na sociedade brasileira, de invisibilizar as desigualdades que acometem os diversos grupos sociais (2019, p. 7).

Percebe-se, assim, uma dificuldade nos atendimentos que buscam a superação das vulnerabilidades, pois esses não se realizam com o reconhecimento dos marcadores fundamentais para a tentativa de minimização das desigualdades. Para que isso ocorra de fato, faz-se necessário reconhecer essas diferenças sociais que impedem os sujeitos de garantir sua cidadania de forma plena.

Os profissionais que trabalham no CRAS devem passar por constantes capacitações para melhor atender os usuários, o que não ocorre. Os relatórios anuais do CRAS Águeda apontam esse déficit: “Os pedidos de capacitação feitos à gestão não foram aceitos” (CRAS, 2010), o que dificulta o melhor atendimento para as famílias e os indivíduos que procuram o serviço. Ao buscar apoio para superar as opressões vivenciadas, encontram um local que não está preparado para reconhecer tais arbitrariedades.

O trabalho do CRAS Cidade de Águeda tem como público prioritário pessoas que estão vivenciando uma situação de vulnerabilidade passageira ou permanente e tem como pilar, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Sua atribuição corresponde a promover e valorizar o sujeito nesses locais em que as consequências negativas do sistema o afetam socioambientalmente, além de inviabilizar sua existência. A reflexão e atuação a partir da Educação Ambiental pode potencializar, neste sentido, a promoção de uma educação anticapitalista, antirracista e antipatriarcal.

Os relatórios do CRAS Cidade de Águeda relatam a dificuldade das famílias em garantir os seus direitos e o quanto o Estado negligencia estas populações, impossibilitando o usufruto de políticas públicas, como o acesso à escola, ao transporte

coletivo. Isso resulta em um fácil acesso dos jovens ao mundo do crime como descreve o relatório do CRAS Águeda 2019:

Os reflexos das faltas de investimento do Estado atingem em muito a população atendida pelo CRAS Águeda: a Zona Oeste e a Zona Rural que hoje sofrem com o aumento da violência oriundas do tráfico que agencia e mata cada vez mais adolescentes que não veem no atual cenário de miséria dos pais outra oportunidade e acabam seduzidos pelos ganhos e glamour dessa prática ilícita (CRAS, 2019).

Desde a inauguração do CRAS, os grupos de adolescentes sempre foram uma grande demanda do serviço de prevenção e, não obstante todas as articulações e encaminhamento realizados pela equipe profissional do CRAS, o crime organizado (com presença significativa na zona oeste do município) aliciou muito desses jovens. Nos últimos cinco anos, dez desses meninos, com idade inferior a 21 anos, foram executados na guerra de facção por território de venda de drogas, além do encarceramento de alguns desses jovens com menos de 20 anos (CRAS, 2021). Essa realidade ligada ao crime organizado impacta em muito as mulheres que cerceiam sua sobrevivência posto que passam a ter a unilateralidade familiar.

Borges (2019) descreve que a guerra contra as drogas, o encarceramento em massa e o genocídio da população jovem do país são pautas permanentes das mulheres, principalmente das mulheres negras. Além de enfrentarem as vulnerabilidades sociais que as levam a pobreza, encontram outro obstáculo para superar essa condição: o preconceito proveniente do envolvimento com o crime organizado. Essas famílias, segundo as Normas Técnicas, são prioritárias para atendimentos do serviço em grupo familiar que possui o intuito de empoderar as famílias, estimulando processos de protagonismo e autonomia e de responsabilizar o poder público por uma rede de proteção social e garantia de direitos (BRASIL, 2010; 2011).

As mulheres em condição de pobreza sempre foram as que mais aderiram ao Centro de Referência de Assistência Social Cidade De Águeda. Segundo relatório de 2020 da Vigilância Socioassistencial da cidade de Rio Grande, havia duas mil cento e trinta e quatro (2.134) famílias em situação de extrema pobreza com renda inferior a

R\$89,00 (cerca R\$2,96/dia) no território ³⁵ do Centro de Referência de Assistência Social Cidade de Águeda. Destas, duzentas e vinte e três (223) famílias moradoras do bairro Cidade de Águeda, que possui 830 domicílios³⁶. Das habitantes do Cidade de Águeda, duzentas e treze (213) são famílias com mulheres responsáveis pela subsistência familiar e cento cinquenta e seis (156) se autodeclararam pretas ou pardas.

Em 2022, após o período da pandemia e com o novo modelo de transferência de renda em vigor, o Programa Auxílio Brasil alterou o valor da renda per capita considerada de extrema pobreza para inferior R\$ 105,00 (menos R\$3,50/dia). Nos bairros de referência do CRAS Cidade de Águeda, há duas mil e oitenta e duas (2.082) famílias nesse perfil de renda, o que permite observar que ocorreu uma queda de cinquenta e duas famílias. Entretanto, no bairro Cidade de Águeda há o acréscimo de uma família a mais na faixa de extrema pobreza: duzentos e vinte quatro (224) famílias. Como demonstram os gráficos a seguir, em 2020, 9% e, em 2022, 10% de família em situação de extrema pobreza da área de abrangência do CRAS estão localizadas no bairro Cidade de Águeda³⁸:

³⁵ Os bairros referenciados pelo CRAS Cidade de Águeda são: Castelo Branco, PROFILURBI, Maria dos Anjos, Santa Rita de Cássia, Santa Rosa, COHAB IV, Cidade de Águeda, Carreiros, Parque Marinha, Vila da Quinta, Taim, Povo Novo, Domingos Petrolina, Ilha do Marinheiros, Ilha da Torotama, Arraial, Quitéria, Leonídio, BR 392, Capilha, Sítio Santa Cruz, Capão Seco, Palma e Barro Vermelho.

³⁶ Informação obtida através dos relatórios de atendimento da Unidade Básica de Saúde da Família. ³⁸ Todos os gráficos apresentados neste capítulo foram elaborados pela autora a partir dos dados coletados na pesquisa, conforme detalhado na apresentação deste capítulo.

Gráfico 1. Famílias em extrema pobreza (R\$ 89,00) no território do CRAS Águeda em 2020.

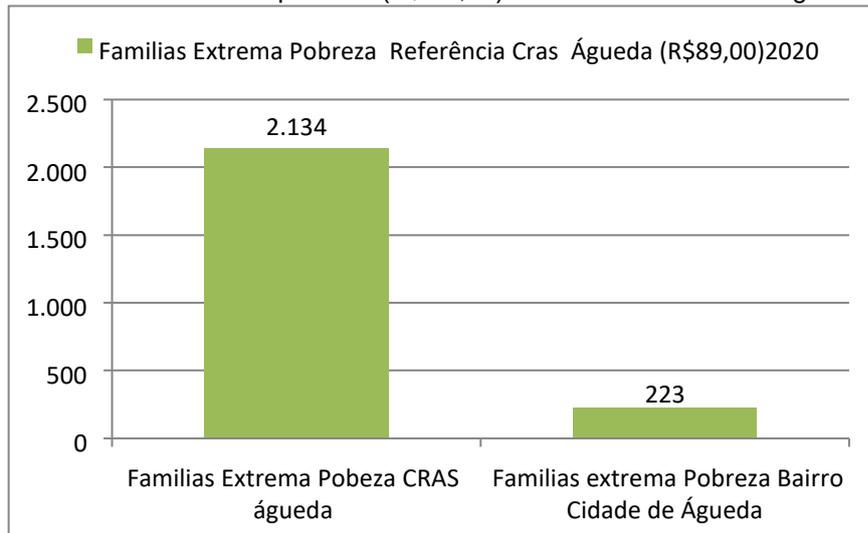
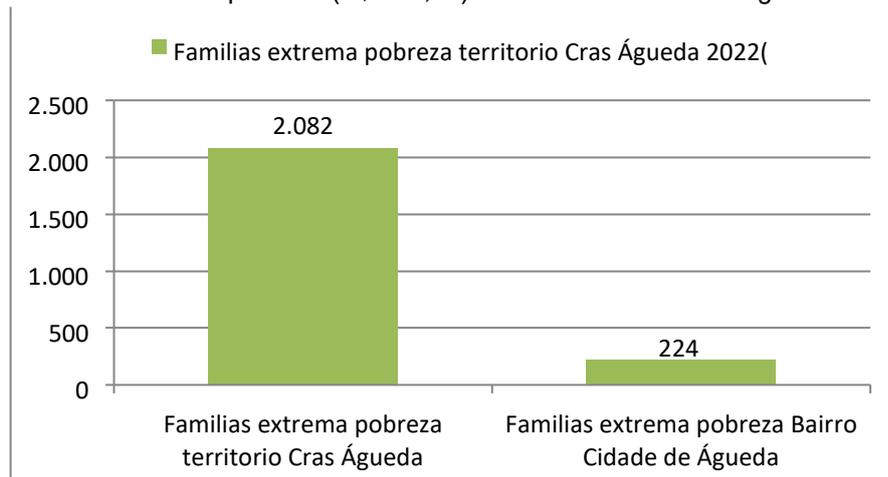


Gráfico 2. Famílias em extrema pobreza (R\$ 105,00) no território do CRAS Águeda em 2022.



Em relação à extrema pobreza no bairro, os dados indicam que 20% das famílias residentes no bairro vivem com menos de R\$ 5,00 diários e esse cenário segue inalterado há dois anos.

Gráfico 3. Cenário de extrema pobreza no bairro Cidade de Águeda em 2020.

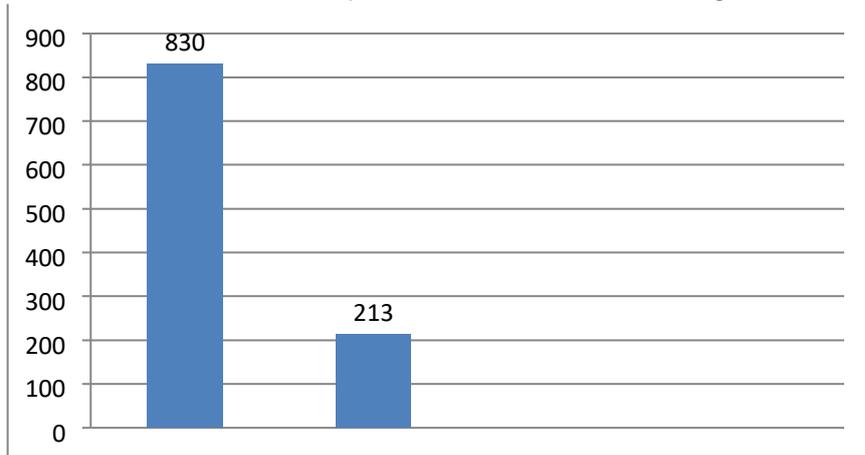
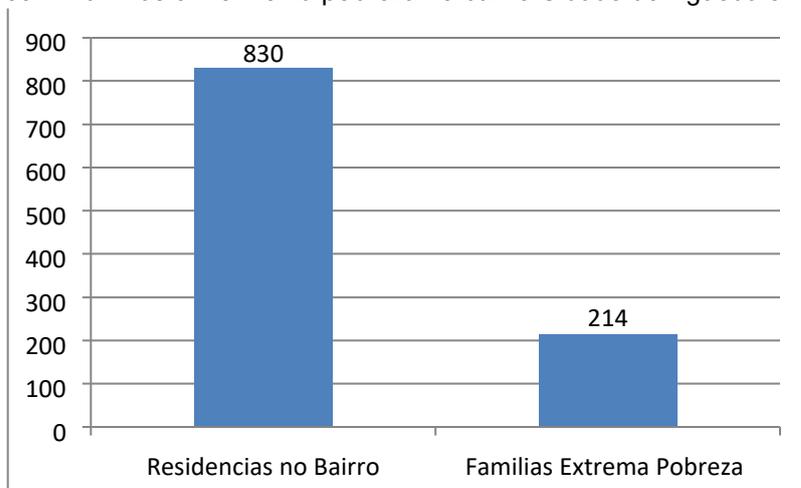


Gráfico 4. Famílias em extrema pobreza no bairro Cidade de Águeda em 2022.



Além disso, corroborando a hipótese desta pesquisa, as características relativas ao gênero e à etnia destas famílias em situação de extrema pobreza no bairro Cidade de Águeda demonstram a face sexista e racista da pobreza. Os dados são ilustrados nos gráficos abaixo:

Gráfico 5. Famílias em situação de pobreza no bairro Cidade de Águeda em 2020.

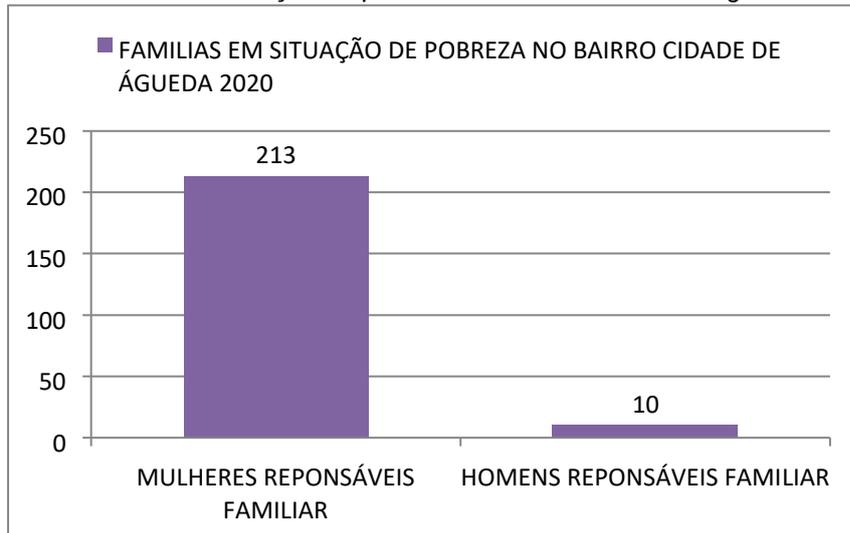


Gráfico 6. Famílias em situação de pobreza no bairro Cidade de Águeda em 2022 – gênero.

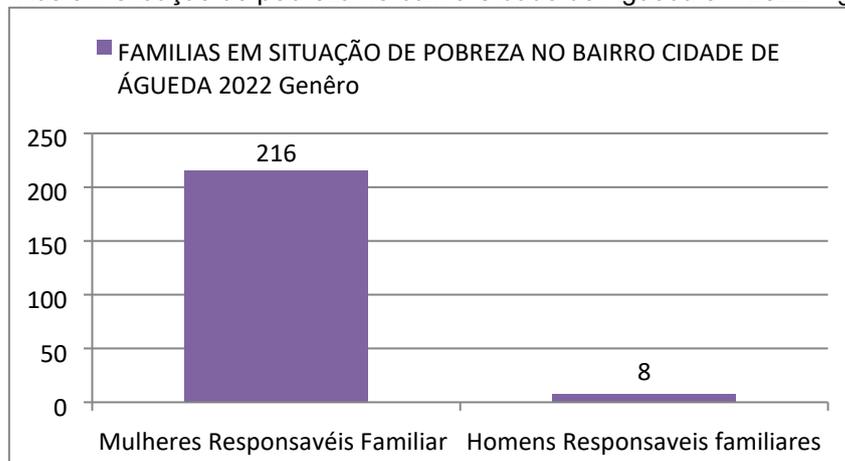


Gráfico 7. Famílias com mulheres como responsáveis familiar em situação de extrema pobreza no bairro Cidade de Águeda em 2022 – etnia.

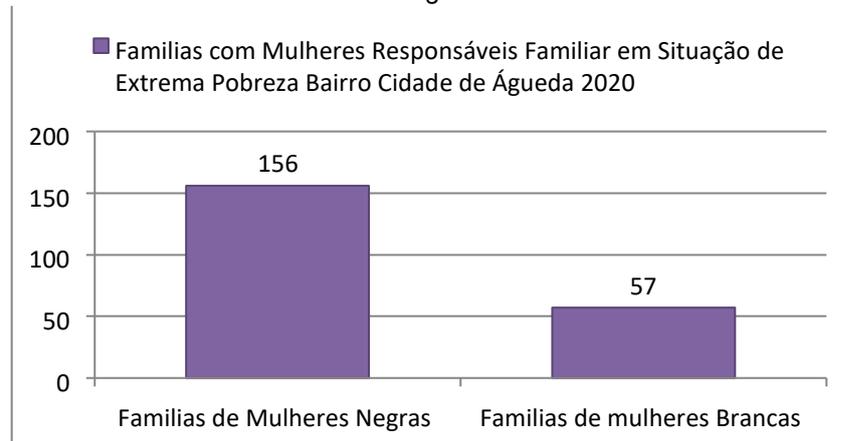
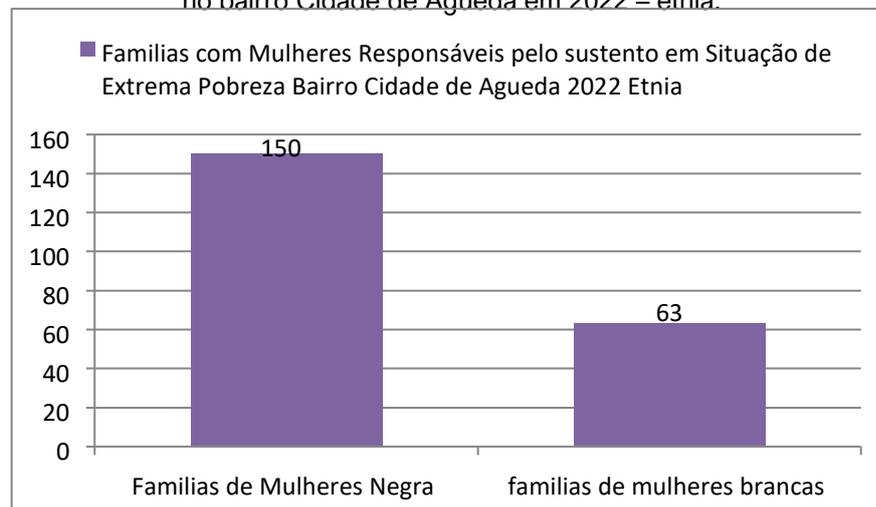


Gráfico 8. Famílias com mulheres como responsáveis pelo sustento em situação de extrema pobreza no bairro Cidade de Águeda em 2022 – etnia.



As famílias com mulheres como principais responsáveis pela prole corresponde a 96% em 2020 e 2022, sendo que as mulheres negras (pretas e pardas) são a maioria dentre elas. Das famílias que vivem no bairro Cidade de Águeda, 73% em 2020 e 70% em 2022 encontram-se na linha da extrema pobreza e possuem mulheres negras como responsáveis. Para essas mulheres, o Programa de Atenção Integral a Família é construído dentro do serviço para superação da pobreza, enquanto a busca pelo protagonismo é a meta do serviço nesses 15 anos (CRAS, 2021).

Distanciando-se das ideias assistencialistas que se baseavam no imediatismo da fome, Bauman (2000, 105) afirma que a lógica “Pobreza = Fome” mascara outras faces da condição de miserabilidade. As opressões de gênero, etnia e classe são os principais fatores que resultam na situação de pobreza. Pensar esta condição somente pela ótica da renda não consegue efetivar a superação da miserabilidade, que tem sua base na negação da estruturação estatal do machismo e do racismo. O trabalho dentro CRAS prevê essa mudança de condição a partir de reflexões e encaminhamentos, pautados na realidade e sem rótulos ou julgamentos, com a finalidade de levar essas famílias a outros patamares.

A Educação Ambiental Crítica pode ser usada como ferramenta nessa argumentação junto às famílias atendidas. Essa metodologia propicia o que Loureiro, Layrargues e Castro (2009, p. 25) descrevem como: “uma prática que dialoga com a questão ambiental. E no senso comum, essa prática visa uma mudança de valores, atitudes e comportamentos”. Isso requer uma organização coletiva para uma nova adequação que começa com entender e valorizar o seu papel social. Apenas a partir dessa compreensão podemos surtir um novo cenário com igualdades de direitos e no qual as lacunas sociais sejam de fato superadas.

Este capítulo buscou contar a história da formação do bairro e toda as consequências das injustiças ambientais sofridas pelos moradores. Desde suas remoções de maneira coercitiva, a fim de favorecer a especulação da indústria naval, além da falta de infraestrutura (água, saneamento básico, transporte coletivo, segurança, lazer) até os dias de hoje, 30 anos após sua ocupação. O capítulo também descreve os serviços que são ofertados no Centro de Referência de Assistência Social Cidade de Águeda. Entendeu-se que a prioridade do serviço é o atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social e a busca pela superação dessa condição. A Educação Ambiental como ferramenta de reflexão e superação dessa condição também foi sugerida, posto que os serviços ofertados no CRAS são pensados pelo princípio da universalidade e igualdade, o que não garante um atendimento igual, pois as famílias vivenciam múltiplas realidades.

Os relatórios do CRAS demonstram ainda a inércia do Poder Público em construir políticas públicas que promovam a melhoria da qualidade de vida dos moradores e que não sejam somente paliativas, mas que transformem a vida dos

sujeitos. O descaso com as profissionais e usuárias do serviço pelo Estado demonstra uma reprodução do machismo e do racismo já estruturado na sociedade e nas instituições.

A grande presença de famílias com mulheres responsáveis pela prole demonstra que essas tinham a prioridade na aquisição de casas no loteamento. O perfil dessas mulheres, disponibilizado pelos relatórios do CRAS Cidade de Águeda e pela Vigilância Socioassistencial, comprovou também, a partir dos gráficos com recorte de gênero e etnia, que a pobreza se personifica em figuras femininas e negras. Neste sentido, entendo que a análise desenvolvida ao longo desta dissertação atendeu ao objetivo geral da pesquisa, compreendendo, a partir dos pressupostos teóricos da Educação Ambiental Crítica e do feminismo materialista, o fenômeno da feminização da pobreza por meio do perfil do público atendido no CRAS Cidade de Águeda, no município do Rio Grande – RS.

IAN SÃ³⁷

Sou feminista, artista, realista
Resista, insista, seja estrategista
Não vamos se esconder, a gente existe
Agora senta, aceita e me assiste.
(MC CAROL, 2021)



³⁷ Iansã é a orixá dos ventos, das tempestades, do furacão e dos raios. Iansã, também conhecida como Oyá, conduz os espíritos desencarnados para o outro plano. Iansã representa o movimento, a transformação, além de representar a independência e a força feminina.

Considerações Finais

lansã, senhora do meu Ori³⁸, e a estrofe da música “Levanta Mina” da cantora MC³⁹ Carol de Niterói ilustram as considerações finais, pois representam mudança e transformação. A orixá lansã representa a força dos ventos que muda o rumo das coisas e MC Carol, por sua vez, representa a força das mulheres das periferias que resistem, mesmo com a negação de direitos e de sua existência. O afinco dessas mulheres muda o rumo de suas trajetórias, traçadas pelo sistema de maneira excludente desde a colonização até a atualidade.

O fenômeno da feminização da pobreza e a injustiça ambiental foram os temas abordados em minha pesquisa que utilizou como espaço o CRAS do bairro Cidade de Águeda. A relação das questões socioeconômicas, políticas e espacial foram abordadas no intuito de explicar os motivos do gênero e da etnia predominantes em situações de pobreza.

O bairro Cidade de Águeda é o loteamento onde se concentrou o maior número de famílias com mulheres como principais responsáveis pela prole. Essas famílias foram realocadas de zonas de risco ou de interesse industrial; remoções marcadas pelo caráter punitivo e coercivo. Esse cenário demonstra consequências sentidas até hoje no local que não foi estruturado pelo poder público para receber essas famílias, instaladas sem as mínimas condições. Todas as melhorias e estruturas foram feitas já com o bairro habitado através de muita luta da comunidade.

A mobilização dos moradores fez com que o Cidade de Águeda recebesse o primeiro Centro de Referência de Assistência Social do município do Rio Grande no ano de 2006. A história do CRAS Águeda e do bairro misturam-se, tornando-as indissociáveis. A escolha pelo estudo do espaço também está ligada à minha atuação profissional, pois sou Educadora Social e trabalhei neste local por dez anos, o que aguçou meu interesse em pesquisar sobre a população que atendemos e a maneira

³⁸ Ori em Yorubá significa cabeça. Nas religiões de matriz africana, quando se diz que determinada divindade é dona do Ori significa que a pessoa pertence àquele orixá.

³⁹ MC: Abreviação de Mestre de Cerimônia no Brasil; o termo está ligado a cultura Hip Hop e Funk. Trata-se dos cantores que animam e trazem em suas letras a cultura das periferias do Brasil no cenário do Hip Hop e Funk. Poucas são as MC mulheres, MC Carol de Niterói representa o poder feminino que não está ligado aos padrões sociais: mulher, negra, gorda e periférica que faz sucesso cantando Funk, um ritmo marginalizado.

através da qual o CRAS poderia ser um espaço de reflexão na busca de uma transformação social efetiva.

A utilização do materialismo histórico como metodologia e a análise documental permitiram buscar uma explicação para as consequências vividas por alguns grupos sociais na atualidade. Para tanto, reconheceu-se a historicidade das mulheres e desenvolveu-se a análise documental dos relatórios do CRAS Águeda e da Vigilância Socioassistencial, que apresentam um material riquíssimo de avaliação socioambiental, feito a partir do trabalho desenvolvido pelos profissionais que atuam na área da assistência social do município de Rio Grande.

A Educação Ambiental Crítica, utilizada como ferramenta no enfrentamento das injustiças ambientais nos espaços de invisibilidade social, necessita também embasar e valorizar novas metodologias e autores que descrevem a realidade: não como observadores, mas como sujeitos que vivenciam diariamente a crise socioambiental. Trata-se de uma Educação Ambiental que rompe com a lógica do pensamento eurocêntrico.

A feminização da pobreza começa a estruturar-se com o surgimento do novo modelo econômico: o capitalismo, o qual modifica as formas de produção e passa a valorizar o acúmulo de capital. Isso fez com que a relação dos seres se transformasse, a natureza foi desassociada dos seres humanos que passaram a explorá-la com o único intuito de acumulação. Nessa mesma lógica, as mulheres passaram por um processo de perseguição e desprestígio: para que o novo modelo social triunfasse era preciso dominá-las por meio da submissão e do controle dos seus corpos. Estabeleceu-se um padrão de vida que criou um lugar específico segundo o gênero: o dos homens era no âmbito público e o das mulheres concernia ao privado.

Essa divisão com base em gênero não beneficiou as mulheres. Assim como a natureza, passaram a ser usadas em benefício da acumulação de bens, seus corpos a serviço da procriação e seu trabalho, naturalizado como obrigação, sem ser remunerado. As mulheres escravizadas não eram vistas como humanas, portanto, sua situação era de trabalho em tempo integral e abusos sexuais constantes cometidos pelos “senhores”.

Esse contexto fez com que as mulheres vivessem em condição de obediência, imposta pelo patriarcado, sentida três vezes mais pelas mulheres negras. O trinômio

de opressões, gênero, etnia e classe, colocou-as em situação de vulnerabilidade extrema, uma herança nefasta do período escravocrata. As mulheres negras possuem os menores salários, sofrem em maior número com as violências (doméstica, obstétrica, institucional etc.), executam os trabalhos mais nocivos, moram em zona de risco sem estruturas básicas, como saneamento básico, lazer, transporte, educação. Essas são consequências do mau uso dos recursos naturais que pesam injustamente, com muito mais força, sobre as mulheres negras.

O Centro de Referência de Assistência Social tem como público prioritário, pessoas em situação de vulnerabilidade ou risco social, ou seja, mulheres negras. Os serviços desenvolvidos no CRAS são destinados para que as famílias superem essa condição de vulnerabilidade. No tocante aos serviços, o carro-chefe se refere aos programas de transferência de renda (Auxílio Brasil, Benefício de Prestação Continuada) como medida paliativa para a superação da pobreza, além de programas que buscam o protagonismo desses beneficiários.

Nos quinze anos de implantação do CRAS, este virou referência para atendimento da zona oeste, rural e ilhas do município. Em 2022, no território do Águeda, mais de 2.000 famílias estão na linha da extrema pobreza (valor inferior a R\$105 per capita, mensal) e, dentre elas, 10% são moradoras do bairro Cidade de Águeda. Um cenário ainda mais assustador no que diz respeito ao bairro que tem 20% das suas famílias em condição de pobreza, correspondendo a duzentas e quatorze (214) famílias; das quais, cento e cinquenta e seis (156) são famílias de mulheres negras que exercem a responsabilidade pela prole unilateralmente.

Percebe-se a dificuldade dessas famílias conseguirem sair dessa condição sem apoio real do Estado e observa-se a omissão do poder público em relação a essas mulheres que não conseguem superar essa condição.

Conclui-se que toda metodologia proposta pelo serviço do CRAS é pautada pelos princípios da igualdade e da objetividade, sem considerar toda a historicidade dos sujeitos atendidos na unidade. Esse desconhecimento cria um grande abismo para eficácia da proposta idealizada que não se concretiza como uma estrutura antirracista e feminista. Para sua eficácia, é preciso estar orientada pelo princípio da equidade. É indispensável articular a Educação Ambiental, educação antirracista e educação de

gênero nos serviços socioassistenciais, posto que as vítimas da injustiça ambiental são atendidas nesses espaços.

Uma das grandes dificuldades apontadas nos relatórios é a falta de investimento do governo nos serviços que são prestados para as comunidades mais carentes. O bairro Cidade de Águeda se diferencia pela luta da comunidade na conquista de cada equipamento público inaugurado no bairro. Esses espaços são referência para essa comunidade que, com a distância do centro comercial da cidade, depende desses serviços para garantir os seus direitos.

A pesquisa demonstra que a pobreza se personifica na mulher negra, mãe e periférica e que mesmo com cento e trinta e dois anos de abolição da escravatura continua escravizada por um sistema que a oprime diariamente.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 68, n. 24, p. 103-119, 2010.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ANDRADE, Priscila Maia. PEREIRA Lucélia Luiz. **A (In)visibilidade de Gênero e Raça na Assistência Social: estudo de caso nos Centros de Referência de Assistência Social**. Social em questão V22 Rio de Janeiro 2019.

BARBOSA, André Luiz de Oliveira. **Discursos Ambientais e a Legitimação das Remoções em Rio Grande/RS: Um Estudo de Caso do Projeto de revitalização da orla do Saco da Mangueira** Dissertação apresentada ao Programa de Pósgraduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG **2021**

BARBOSA,Drik.LUZ Disponível em: <https://youtu.be/ErnE34mnMhw>. Acesso em 20 de janeiro de 23

BRASIL. **LEI Nº 2.040, DE 28 DE SETEMBRO DE 1871**. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição Federal nº Constituição Federal, de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social (loas) Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

BRASIL. MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO. . O CRAS QUE TEMOS: o cras que queremos. Brasília: Ms, 2010. 92 p.

BRASIL. Resolução Cnas Nº 33 de 12 de Dezembro de 2012. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome Conselho Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica NOB - Suas**: aprova a norma operacional básica do sistema único de assistência social - nob/suas.. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS.. 2012. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012 B.pdf. Acesso em: 17 out. 2022

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome.. **Orientações técnicas sobre o PAIF**: trabalho social com famílias do serviço de proteção e atendimento integral à família (paif). Brasília (Df), 2012.B 111 p. (Volume 02).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF**. Publicado em: 03 de agosto de 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psbprotecao-social-basica/projetos-psb/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-afamilia-2013-paif>. Acesso em: 17/12/22

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Brasília, 2021.

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2001. Tradução de: Plínio Dentzien.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRUSCHINI, Maria Cristina A.; RICOLDI, Arlene Martinez. Família e Trabalho: Dificil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. Cadernos de Pesquisa, [s.i.], v. 39, n. 136, p.93-123, abr. 2009.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados, n. 17, v. 49, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/?lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2021

CASTRO, Vanessa Sarmiento Travincas; MATTOS, Amanda Rocha. **Equidade de gênero intrafamiliar nas narrativas de psicólogas de Centros de Referência de Assistência Social de São Luís do Maranhão**. Arquivos Brasileiros de Psicologia Rio de Janeiro, 2019.

CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CIDADE DE ÁGUEDA. **Relatórios Anuais de Atividades 2007-2008-2009-2010-2011-2012-2013-20142015-2016-2017-2018-2019-2020-2021-2022** CRAS Águeda Rio Grande

CISNE, Mirla. Marxismo: uma teoria indispensável na luta feminina. In: COLÓQUIO MARX E ENGELS, 4., 2005, Campinas. Anais... . Campinas: Unicamp, 2005.

CISNE, Mirla. **A Feminização da Assistência Social Apontamento Histórico para uma Análise de Gênero**. III Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís – MA, 2007.

GARGIONI, Maria Helena Bueno /Organizadora. **Coletânea de Direitos Civis**. Porto Alegre Ed CIA Riograndense de Artes Gráficas 2011 Conteúdo. Constituição Federal, Lei nº 11.340/2006 Maria da Penha, Lei nº 8069/1990 Estatuto da Criança e

Adolescente, Lei nº10.741/2003 Estatuto do idoso, Lei nº12.288/2010 Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 8.078/1990 Código de Proteção e Defesa do Consumidor, Lei nº7.853/1989 Pessoa Portadora de Deficiência.

DA MATTA, Roberto. A CASA & A RUA: ESPAÇO, CIDADANIA, MULHER E MORTE NO BRASIL. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAVIS, Angela. **Mulheres raça e classe**. São Paulo Boitempo, 2016.

FRANCHINI, A.S.; SEGANFREDO, Carmen. **As melhores História da Mitologia Africana**. Porto Alegre: Ed Artes e Ofícios, 2008.

FEDERICI Silvia **Calibã e a bruxa** : mulheres, corpo e acumulação. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas** [recurso eletrônico] : da Idade Média aos dias atuais. São Paulo : Boitempo, 2019. Recurso digital.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GONZALEZ. Lélia. **Por um Feminismo Afrolatino Americano**: Ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HERCULANO, Selene. **O CLAMOR POR JUSTIÇA AMBIENTAL E CONTRA O RACISMO AMBIENTAL**. 2008. Disponível em: www.interfacehs.sp.senac.br http://www.interfacehs.sp.senac.br/BR/artigos.asp?ed=6&cod_artigo=113. Acesso em: 26 nov. 2022.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas Configurações da divisão do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, vol. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007

IORIS, Antônio Augusto Rossoto. **O que é justiça Ambiental**, Ambiente & Sociedade Campinas v. XII, n. 2 2009

JACCOUD, Luciana; BICHIR, Renata; MESQUITA, Ana Cleusa. O SUAS NA PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRA Transformações recentes e perspectivas. **Novos Estudos - Cebrap**, [S.L.], v. 36, n. 02, p. 36-53, jul. 2017. Novos Estudos - CEBRAP. <http://dx.doi.org/10.25091/s0101-3300201700020003>.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Revista Contemporânea de Educação Ambiental** . N°14 –Agosto/Dezembro de 2012.

LAYRARGUES, Philippe Promier. AS MACROTENDÊNCIAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, p. 23-40, mar. 2014.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de. **Educação Ambiental: repensando o espaço de cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 69-97.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo, LAYRARGUES, Philippe **Pensamento Complexo, Dialética e Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philipe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza. **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Sustentabilidade e Educação: um olhar da ecologia política**. São Paulo: Cortez, 2012 A

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajatória e Fundamentos da Educação Ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012 B

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. LAYRARGUES, Philippe. **Ecologia Política Justiça e Educação Ambiental Critica Perspectiva de Aliança Contra Hegemônica** Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 53-71, jan./abr. 2013

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Educação Ambiental Questões de Vida**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

MACHADO, Evelcy Monteiro. **Pedagogia e a pedagogia social: educação não formal**. Curitiba, Universidade Tuiuti do Paraná, 2004. Disponível em: <http://www.boaula.com.br/iolanda/producao/me/pubonline/evelcy17.htm>. Acesso em: 25 mai. 2019.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/modernoportugues/>. Acesso em: 24 jan. 2022.

MOURA, Danieli Velela. JUSTIÇA AMBIENTAL: um instrumento de cidadania. **Qualit@S Revista Eletrônica**, Paraíba, v. 9, n. 1, p. 1-10, 2010. Disponível em: <http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/524/413>. Acesso em: 23 ago. 2021.

NOVELLINO Maria Salet Ferreira. **Os estudos Sobre a Feminização da Pobreza e Políticas Pública, para Mulheres**. XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu 2004

NUNES,Sued **Povoada**,2021 disponível <https://youtu.be/dlFzUVxAb8c> Acessado em [20 de janeiro de 23](#)

PERES, Bilina Amaral, **Maria da Graça da Silva AMARAL: Trajetória de Uma Educadora Popular Ambiental na Constituição do Movimento Negro do Rio Grande** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental – PPGEA da Universidade Federal do Rio Grande – FURG 2021
 OYĕWÙMÍ, Oyèrónkẹ. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero.** São Paulo: Bazar do Tempo, 2021.

PPGEA. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. **Linhas.** 3. Educação Ambiental Não Formal (EANF). Rio Grande: FURG, 2012. Disponível em: <https://educacaoambiental.furg.br/pesquisa/linhas-de-pesquisan.html>. Acesso em: 25 mar. 2020.

PEREIRINHA, José António Correia. **Pobreza e Exclusão Social: Alguns Aspectos Metodológicos de Medidas e sua Relevância para a política Social.** Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa, 1994

RAMMÊ, Rogério Santos. **Da justiça ambiental aos direitos e deveres ecológicos conjecturas políticos-filosóficos para uma nova ordem jurídico-ecológica** – Caxias do Sul, RS:, 2012.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental:** São Paulo: Brasiliense, 1994.

RIBEIRO, Djamilia. **Lugar de Fala,** São Paulo: Ed Jandaia, 2020.

RIBEIRO, Marlene. **Uma educação social faz sentido?** Alguns apontamentos. Publicado em 2 de junho de 2010. Disponível em: <http://educacaoprojetosocial.blogspot.com/2010/06/uma-educacao-social-fazsentido-alguns.html>. Acesso em: 10 mai. 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAN MARTIN Maristel Coelho. **Análise da Dinâmica de Produção dos Espaços Urbanos nas Áreas de Assentamento Urbanos Informais do Município do Rio Grande/RS no Período de 2005 até 2018.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande – PPGGEOFURG, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Geografia 2019

SATO, Michèle. **Educação Ambiental.** São Carlos. RiMa Artes e Textos. 2003. Resolução nº 20 do Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. 2013.

SATO, Michèle (Coord.) e vários autores . **Os condenados da Pandemia/livro eletrônico.** Cuiabá, MT: GPEA-UFMT 2020

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o Encardido o Branco e o Branquíssimo: Branquitude Hierarquia e Poder na Cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2014.

SOARES, Elza. **A carne**. 2017. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=yktrUMoc1Xw>. Acesso em: 08 abr. 2022.

SOUZA, Claudete Alves da Silva. **A solidão da mulher negra: sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo**. 2008. 174 f.
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

VERGÉS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VIGILÂNCIA SOCIOASSISTÊNCIA DE RIO GRANDE. **Relatórios Sociais 20202022**.